



## AÇÕES ESTRATÉGICAS DO SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA

Medidas de Integração e Eficiência para a Qualidade da Gestão Ambiental

Projeto e Ações em Andamento  
Setembro de 2018





## **LINHAS DE AÇÃO DA GESTÃO**

**I – GESTÃO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

**II - GESTÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL**

**III - ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**IV – PESQUISA CIENTÍFICA AMBIENTAL**

**V – MEDIDAS DE ECONOMIA E RACIONALIZAÇÃO**

## AÇÕES DO SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA

<b>I - GESTÃO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>7</b>
1. RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	7
2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS	16
3. PARQUES URBANOS E UNIDADES DE PRODUÇÃO FLORESTAL	28
4. FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	33
5. CONSERVAÇÃO DA FAUNA	37
<b>II - GESTÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL</b>	<b>41</b>
1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL	41
2. RESÍDUOS SÓLIDOS	43
3. AÇÕES DE CONTROLE À POLUIÇÃO	47
4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E EFICIÊNCIA NO CONTROLE À POLUIÇÃO	50
5. MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL	52
<b>III - ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>55</b>
1. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO (ZEE)	55
2. PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL	56
3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)	58
4. PARCERIAS COM SETORES PRODUTIVOS E OUTRAS SECRETARIAS	64
5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SERRA DA MANTIQUEIRA	67
6. GERENCIAMENTO COSTEIRO (GERCO)	68
7. AÇÃO NOS MANANCIAIS METROPOLITANOS	69
8. RECURSOS HÍDRICOS: COMITÊS DE BACIA E PROJETOS FEHIDRO	71
9. PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS E DE REDUÇÃO DE RISCOS GEOLÓGICOS	72
10. ACESSO A INFORMAÇÕES AMBIENTAIS ESTRATÉGICAS	75
11. CONEXÃO INTERNACIONAL	77
<b>IV – PESQUISA CIENTÍFICA AMBIENTAL</b>	<b>79</b>
1. MODERNIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DO SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA	79
2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	80
3. PROMOÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	80
4. CAPACITAÇÃO EM BOTÂNICA	81
5. IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO HERBÁRIO D. BENTO PICKEL E NOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO ECOPROFISSIONAL	82

<b>V – MEDIDAS DE ECONOMIA E RACIONALIZAÇÃO</b>	<b>83</b>
1. LOCAÇÃO ZERO	83
2. MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA CETESB	83
3. PROJETO PriSMA (PROCESSOS INFORMATIZADOS DA SMA)	84
4. COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	85
5. SISTEMA DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL	86
6. SISTEMAS INFORMATIZADOS DE APOIO ÀS AÇÕES DA CETESB	86
7. VALORIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	88
<b>METAS</b>	<b>89</b>



## I - GESTÃO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

### 1. RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

#### A. Programa Nascentes

*O Programa une especialistas em restauração, empreendedores com obrigações ambientais e detentores de áreas a serem restauradas, otimizando e direcionando investimentos públicos e privados para implantação de projetos de restauração no estado de São Paulo, aliando a conservação de recursos hídricos à proteção da biodiversidade.*

#### Status:

- Publicação da Resolução SMA 7/2017, dispoendo sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APP) no Estado de São Paulo, apoiada na ideia de equivalência ambiental entre tais áreas e as que serão restauradas;
- Publicação do Decreto 62.914/2017, consolidando regras gerais sobre o Programa;
- Alteração da Resolução SMA 51/2016, que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental, visando aumentar o número de conversões no âmbito do Nascentes;
- Assinatura do Protocolo de Intenções com a União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA) e com a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), visando apoio à conversão de multas prevista na Resolução SMA 51/2016;
- No âmbito do Nascentes, 10.794 hectares estão em restauração, o que equivale a 17,9 milhões de mudas ou a 15.118 campos de futebol, cumprindo a meta prevista de 10 mil hectares, prevista para dezembro de 2018;
- 53 projetos aprovados na Prateleira de Projetos, tendo sido compromissados 681,7 hectares e estando disponíveis 36 projetos, com mais de 1.626 hectares para restauração;
- 3.785 hectares disponíveis para restauração em 12 Unidades de Conservação da Fundação Florestal e do Instituto Florestal;
- 14.965 hectares disponíveis para restauração em Assentamentos Rurais do ITESP;
- 108.344 hectares no Banco de Áreas Disponíveis para Restauração (CAR).

Ações previstas:

- Articulações entre os parceiros do Programa, os detentores de obrigações ambientais ou interessados em restaurar voluntariamente e os proprietários de áreas aptas a serem restauradas, visando à implantação de projetos de restauração no estado de São Paulo;
- Alinhamento das atividades de produção de mudas pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), com sementes do Instituto Florestal (IF), para projetos de restauração no estado;
- Acompanhamento do cumprimento de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA);
- Apoio à Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) para estimular a conversão de multas em serviços de restauração;
- Parcerias para fomentar a restauração do estado de São Paulo.

**B. Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE)**

*Sistema disponibilizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) para acesso público e de forma gratuita, com a finalidade de registro, monitoramento e apoio à iniciativa e projetos de restauração ecológica no estado de São Paulo (Resolução SMA 32/2014).*

Status:

- Mais de 10.600 hectares em restauração cadastrados no SARE (num total de mais de 78 mil hectares destinados à restauração cadastrados);
- Lançamento dos Módulos de Monitoramento e de Adequação Ambiental.

Ações previstas:

- Fomento para inscrição de novos projetos no SARE, visando acompanhamento pelo Sistema Ambiental Paulista das iniciativas de restauração em andamento no estado;
- Lançamentos do Módulo Termos até o final de 2018, aguardando adequações por parte da empresa contratada;
- Melhoria e ajustes, considerando os feedbacks de usuários ativos.

### **C. Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA)**

*O Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo (SiCAR/SP) é o sistema que permite o cadastramento dos imóveis rurais paulistas no CAR. Os possuidores ou proprietários dos imóveis rurais têm até o dia 31 de dezembro de 2018 para fazer o cadastramento. O Programa de Regularização Ambiental (PRA) é o conjunto de regras relativas ao processo de regularização perante a Lei Federal 12.651/2012, que tem como base o CAR.*

#### Status:

- 340.676 imóveis inscritos no SiCAR/SP, com 19.626.174,97 hectares cadastrados (95,72% da área cadastrável). Dos imóveis inscritos, 293.037 têm menos de 4 Módulos Fiscais (5.448.608,84 hectares) e 47.639 têm mais de 4 Módulos Fiscais (14.137.566,13 hectares);
- Em razão da suspensão da vigência e eficácia da Lei Estadual 15.684/2015 em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), o PRA está suspenso no estado de São Paulo. Foi editada Resolução SMA 46/2017 que suspende a análise definitiva do CAR, salvo quando houver determinação judicial ou quando o possuidor ou proprietário optar antecipadamente pela não adesão ao PRA;
- Decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo suspendeu o processo da ADIN ajuizada contra a Lei Estadual 15.684/2015 até que haja decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a arguição de inconstitucionalidade da Lei Federal 12.651/2012;
- STF concluiu, em 28/02/2018, o julgamento sobre a Lei Federal 12.651/2012, reconhecendo a validade de vários dispositivos, declarando alguns trechos inconstitucionais e atribuindo interpretação conforme a outros dispositivos – pendente a publicação do acórdão;
- Lei Estadual 15.684/2015 ainda pendente de julgamento.

#### Ações previstas:

- Apoio aos cadastros dos imóveis rurais no estado de São Paulo, solicitando retificações e complementações por meio de análises prévias dos cadastros efetuados;
- Análise definitiva dos cadastros nos termos da Resolução SMA 46/2017;
- Análise de medidas para a efetiva implantação do PRA no estado de São Paulo;
- Publicação das normativas para ações relacionadas à regularização dos imóveis rurais (exemplos: doação de áreas em Unidades de Conservação - UCs como forma de compensação de Reserva Legal - RL e exploração sustentável da vegetação nativa);

- Consolidação no sistema do Módulo de Adequação Ambiental, contemplando a implantação do PRA.

#### **D. Regulamentação da Exploração Sustentável de Vegetação Nativa**

*A Proposta de nova regulamentação em substituição à norma atual (Resolução SMA 14/2014) visa conferir segurança jurídica e desburocratizar os processos, viabilizando e fomentando a exploração sustentável de vegetação nativa, inclusive em áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP). A valorização da vegetação nativa através da permissão do desenvolvimento de atividades produtivas, desde que de forma sustentável, é uma importante estratégia de conservação de fragmentos remanescentes, bem como consistirá em um instrumento essencial para o Programa de Regularização Ambiental (PRA).*

Status: Minuta elaborada, em fase de consulta a outras áreas do Sistema Ambiental Paulista para contribuições – previsão de consolidação até o final de 2018.

Ações previstas:

- Consolidação do texto e submissão para consulta pública; e
- Desenvolvimento de sistema informatizado de controle e acompanhamento das atividades, que depende da contratação de empresa em 2019.

#### **E. Implantação de Polo Florestal Multifuncional no Vale do Paraíba**

*Desenvolvimento de modelo de floresta com finalidade ecológica e econômica, como uma estratégia para induzir à recomposição de vegetação em áreas prioritárias para a conservação da água e da biodiversidade. Trata-se de iniciativa da SMA com diversos parceiros visando apoiar a adequação ambiental dos imóveis rurais, com o máximo de benefícios e menor custo, além de propor uma nova agenda de desenvolvimento para terras com vocação florestal que se encontram subutilizadas através da exploração sustentável de madeira e produtos não madeireiros de espécies nativas.*

Status: Foram realizados diversos estudos e trabalhos, destacando-se:

- Estudo do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF), subsidiado por dados do Instituto Florestal e custeado com recursos do PDRS (identificação de espécies nativas com potencial econômico, levantamento e organização de informações ecológica,

silviculturais e de mercado das espécies de interesse, seleção de espécies “carros-chefe”, proposição de modelos com as melhores combinações que conciliam potencial econômico e requisitos ambientais para Reservas Legais, avaliação econômica dos modelos e identificação e hierarquização de áreas com vocação para implantação de florestas);

- Desenvolvimento de Webportal para disponibilização de informações sobre espécies e modelos recomendados para cada região;
- Estudo sobre adequação das linhas de financiamento existentes, com recursos do PDRS;
- Três estudos para proposição de polo florestal para a Bacia do Rio Paraíba do Sul, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (apoio técnico), com informações relacionadas ao estudo do IPEF e propositura de arranjos para a governança do polo;
- Avaliação econômica dos modelos propostos e de potenciais fontes de financiamento, contratada pelo Banco Mundial/PROFOR. Foram implantadas unidades demonstrativas em áreas da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) e propriedades privadas;
- Finalização de modelo de negócio para o polo piloto do Vale do Paraíba, com o apoio do Banco Mundial/PROFOR e apresentação para potenciais financiadores, proprietários rurais e demais interessados;
- Preparação de carta consulta, submetida à aprovação da COFIEEX para o Projeto SP Agricultura ProClima, a ser executado em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SAA), contemplando a recuperação de áreas degradadas, implantação de sistemas produtivos sustentáveis e agroflorestais, florestas nativas multifuncionais e restauração ecológica;
- Implantação de Unidade Demonstrativa em Salesópolis por meio da Prateleira de Projetos do Programa Nascentes (cumprimento de TCRA da empresa Ecourbis).

Ações previstas:

- Manutenção e fortalecimento das parcerias (informais) com BID, BIRD, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria de Agricultura e Abastecimento/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (SAA/CATI), IPEF, *World Resources Institute* (WRI) Brasil, União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), *The Nature Conservancy* (TNC), Instituto Ecofuturo, Associação Corredor

Ecológico do Vale do Paraíba, Prefeituras, organizações de produtores rurais e empresas privadas;

- Lançamento de Web Portal para oferecer recomendações dos modelos de florestas nativas com finalidade ecológica e econômica mais adequados para todas as regiões do estado;
- Continuidade das ações voltadas ao desenvolvimento de produtos e mercados de espécies nativas, em parceria com a Embrapa, IPEF, TNC, ESALQ/USP e outros;
- Integração com outras iniciativas da SMA, que podem viabilizar o início da implantação da proposta (Programa Nascentes, Projeto GEF Mata Atlântica/Conexão Mata Atlântica e conversão de multas).

#### **F. Recuperação Ambiental de Unidades de Conservação**

*Portaria FF 115/15 instituiu Grupo de Trabalho com a missão de proposição de programa institucional sobre o tema no âmbito da Fundação Florestal, incluindo objetivos, diretrizes institucionais, critérios técnicos, procedimentos internos, critérios de priorização de áreas, indicadores e metas.*

#### Status:

- Instituição do Programa de Recuperação Ambiental pela Portaria 265/17 da Fundação Florestal;
- Instituição do Grupo Técnico Permanente do Programa de Recuperação Ambiental - GTPRA pela Portaria FF/DE 059/2018 como primeira medida de execução do Programa, tendo, como algumas de suas atribuições: (1) proceder a análise das demandas de recuperação com base nas diretrizes e critério técnicos do Programa de Recuperação Ambiental; (2) inserir áreas no Banco do Programa Nascentes; (3) orientar e facilitar a elaboração de projetos de restauração; (4) acompanhar a execução dos projetos de restauração; (5) promover a articulação entre a Fundação Florestal e outras áreas do Sistema Ambiental Paulista; e (6) organizar as informações e registros dos projetos já executados e em curso, quantificando o montante de recursos financeiros investidos no Programa.

Ação prevista: Disponibilização de áreas de Unidades de Conservação no Banco do Programa Nascentes (Parque Estadual Juquery, Parque Estadual de Ilhabela e Parque Estadual de Ilha Anchieta).

## **G. Pagamentos por Serviços Ambientais**

*Projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) implementados pelo Sistema Ambiental Paulista com base na Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual 13.798/2009) e no Decreto Estadual 59.260/2013, que instituiu o Programa Crédito Ambiental Paulista.*

### Status:

- 2 convênios em andamento com os Municípios de Votuporanga e Piracaia, no âmbito do Projeto Mina D'Água - Resolução SMA 123/2010 (foram assinados, ao todo, 51 convênios);
- Projeto Crédito Ambiental Paulista para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - CAP RPPN - Resolução SMA 89/2013 - com 17 RPPNs sob contrato;
- No âmbito do Projeto CAP RPPN, foi lançada, em agosto de 2018, a Resolução Conjunta SMA/FF 02/2018, que reorganiza as diretrizes para a execução do Projeto, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais;
- Projeto de PSA sendo iniciado com recursos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – publicada a Resolução PSA Mata Ciliar (Resolução 142/2017) em novembro de 2017 e lançamento de 2 editais para a seleção de provedores (em 01/12/17 e 09/02/18) – os pagamentos foram realizados com recursos do PDRS (foram firmados 80 termos de compromisso, com desembolso em subvenções no valor de R\$ 1.149.658,00);
- Publicado o edital de PSA Fauna para Áreas de Soltura – prazo aberto até 14/10/2018;
- Apoio a projetos e programas municipais de PSA em articulação com o Programa Município VerdeAzul (PMVA);
- Projeto GEF Mata Atlântica (Conexão Mata Atlântica) em execução:
  - Realização de 2 leilões reversos para o PSA Proteção, que visa pagar os proprietários ou possuidores pelas ações de conservação ou de regeneração da vegetação nativa: (i) 1º leilão realizado em março/2018 em Paraibuna: contratação de 8 proprietários rurais para conservação de 146 hectares de vegetação nativa; e (ii) 2º leilão realizado em agosto/2018 em Paraibuna: seleção de 21 proprietários rurais para restauração de 91 hectares de vegetação nativa e de 35 proprietários rurais para a conservação de 1.290 hectares de fragmentos de vegetação nativa (contratações estão sendo providenciadas);
  - Lançamento de edital para manifestação de interesse de proprietários rurais em julho de 2018 para o PSA Uso Múltiplo (que visa pagar pelos serviços ambientais

produzidos na propriedade, mediante ações a serem executadas) – este edital ficará aberto até dezembro/2018 e tem, como área de abrangência, São Luiz do Paraitinga e zonas de amortecimento das Unidades de Conservação abarcadas pelo Projeto.

Ações previstas:

- Acompanhamento dos convênios e contratos firmados no âmbito dos Projetos Mina D'Água e CAP RPPN;
- Fomento e apoio a projetos e programas municipais de PSA em articulação com o Programa Município VerdeAzul;
- Mobilização de proprietários rurais para adesão ao Projeto Conexão Mata Atlântica, visando contratações para o PSA Proteção (Redenção da Serra e Paraibuna) e realização de leilão reverso para os municípios de Cunha, Lagoinhas, Areias e Silveiras;
- Providências necessárias à contratação dos proprietários selecionados no âmbito do Projeto Conexão Mata Atlântica;
- Novo edital de PSA para RPPNs.

**H. Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis em Áreas Privadas Relacionadas a Unidades de Conservação**

*Aplicação combinada de mecanismos de gestão de UC e incentivos de mercado para promover o aumento da área protegida, a melhoria na eficácia da gestão de unidades de conservação e o incremento de biodiversidade associado à sustentabilidade financeira em propriedades privadas na Área de Proteção Ambiental (APA) São Francisco Xavier e nas Zonas de Amortecimento da Estação Ecológica de Bananal e do Parque Estadual da Serra do Mar - PESH (Itariru e Santa Virginia), com ênfase nos corredores ecológicos.*

Status:

- Projeto GEF Mata Atlântica (Conexão Mata Atlântica) em execução, no âmbito do qual estão sendo realizadas ações de Pagamentos por Serviços Ambientais e ações de certificação e fortalecimento de cadeias produtivas:
  - Seleção das organizações executoras (mobilização e assistência técnica a produtores rurais) em cada um dos quatro territórios;
  - Publicação de Resolução Conjunta FF/SMA instituindo projeto de pagamento por serviços ambientais e do edital de PSA Uso Múltiplo;
  - Publicação do Edital de Apoio à Certificação e Cadeias de Valor Sustentável; e

- Criação e contratação de ferramentas de divulgação (site, folders, vídeos, etc.).

Ações previstas:

- Contratação de sistema de acompanhamento do projeto (atendendo a Fundação Florestal e a SMA);
- Capacitação das equipes técnicas da Fundação Florestal, SMA, extensionistas contratados e produtores rurais;
- Melhorias na sede da APA São Francisco Xavier e no Centro de Visitantes do PESM – Santa Virgínia.

### **I. Proteção de Insetos Polinizadores**

*Definição de estratégias estaduais a serem adotadas para a proteção de insetos polinizadores, objetivo central do Grupo de Trabalho – GT Polinizadores, cujos objetivos específicos são: (1) elaboração de diagnóstico da situação dos insetos polinizadores no estado de São Paulo; (2) identificação dos principais taxa de insetos polinizadores existentes no estado de São Paulo, com ênfase nas espécies de abelhas nativas; (3) caracterização das atividades econômicas de apicultura e meliponicultura, os aspectos sanitários da produção, sua cadeia produtiva e os desafios para comercialização; (4) caracterização dos serviços ecossistêmicos prestados pelos polinizadores e seu valor econômico; (5) avaliação das principais ameaças aos insetos polinizadores; (6) proposição de políticas públicas para a proteção dos insetos polinizadores e para a promoção da criação de espécies nativas; (7) proposição de diretivas para o manejo da melissofauna em áreas urbanas e no âmbito do licenciamento ambiental; (8) proposição de regulamentação da atividade da meliponicultura no estado de São Paulo; e (9) proposição de boas práticas para a proteção de insetos polinizadores em ambientes naturais ou em restauração e em ambientes de produção agrícola.*

Status: GT instituído está finalizando dois produtos:

- Procedimentos para regularização dos meliponicultores no estado de São Paulo por meio de cadastramento no GEFAU (módulos no GEFAU e cartilhas explicativas);
- Lista orientativa para reflorestamentos e enriquecimento de pasto melífero, com espécies arbóreas e arbustivas nativas do estado de São Paulo, sua ocorrência regional, época de florescimento, recursos fornecidos para as abelhas nativas (pólen, néctar, resinas, local para nidificação) e abelhas nativas para as quais são oferecidos esses recursos.

Ações previstas:

- Finalização e entrega dos 2 produtos;
- Regulamentação da atividade meliponicultura no estado de São Paulo;
- Desenvolvimento da cadeia produtiva da meliponicultura no Estado e de manual de boas práticas para os meliponicultores, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- Participação em eventos do setor e reuniões técnicas para elaboração dessas ações e divulgação das mesmas.

## 2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

### A. Planos de Manejo

*Elaboração de planos de manejo com base em Roteiro Metodológico a ser proposto pelo Comitê de Integração de Planos de Manejo, nos termos da Resolução SMA 93/2017, envolvendo as equipes técnicas do Sistema Ambiental Paulista (SAP).*

#### Status:

- Roteiro Metodológico está sendo elaborado para submissão à análise do Secretário de Estado do Meio Ambiente, e será finalizado após a análise da aplicação de suas diretrizes na elaboração dos 11 planos de manejo do Projeto Piloto:
  - APA Rio Batalha (FF)
  - Estação Ecológica Avaré (IF)
  - Estação Ecológica Itapeti (FF)
  - Estação Ecológica Marília (IF)
  - Estação Ecológica Paranapanema (IF)
  - Floresta Estadual de Guarulhos (FF)
  - Floresta Estadual de Pederneiras (IF)
  - Monumento Natural da Pedra Grande (FF)
  - Parque Estadual Itaberaba (FF)
  - Parque Estadual Itapetinga (FF)
  - Parque Estadual Restinga de Bertiooga (FF)
- Concepção de metodologia de participação social na elaboração de planos de manejo, cuja elaboração foi coordenada pela Coordenadoria de Educação Ambiental, e aplicação nos encontros e oficinas realizados durante a elaboração dos planos de manejo integrantes do Projeto Piloto;

- Projeto Piloto foi dividido em 2 blocos, sendo que, quanto ao primeiro:
  - Planos de Manejo do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande, do Parque Estadual de Itapetinga, do Parque Estadual de Itaberaba e da Floresta Estadual de Guarulhos foram aprovados pelas Resoluções SMA 118/2018, 119/2018, 120/2018 e 121/2018, respectivamente;
  - Planos de Manejo das Estações Ecológicas de Avaré e de Marília foram aprovados pelo Plenário do CONSEMA no dia 118/09/2018;
- Com relação ao bloco 2, os planos de manejo da Estação Ecológica de Itapeti e da Área de Proteção Ambiental Rio Batalha foram apresentados na CTBio, e os demais estão sendo encaminhados para o CONSEMA – já contam com manifestação favorável dos respectivos conselhos;
- Com relação aos planos de manejo sobre os quais incide a regra de transição estabelecida pelo Comitê de Integração (que seguem os métodos de elaboração adotados durante suas respectivas concepções):
  - Estação Ecológica de Xitué: aprovado pela Resolução SMA 28/2018;
  - Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira: aprovado pela Resolução SMA 57/2018;
  - Estação Ecológica de Itapeva: processo retornou ao Instituto Florestal para revisão do zoneamento e para apresentação da proposta do plano ao respectivo conselho;
  - Floresta Serra D'Água: processo retornou ao Instituto Florestal para apresentação da proposta do plano ao respectivo conselho;
  - Noroeste Paulista: processo está com a FIESP para elaboração de relatório no âmbito da CTBIO;
  - Estação Ecológica Santa Maria, Área de Proteção Ambiental Ilha Comprida, Estação Ecológica de Bananal, Área de Proteção Ambiental Ibitinga, Áreas de Proteção Ambiental Marinhas (Norte, Sul e Centro) e ARIES: planos de manejo estão em fase de elaboração pelos respectivos órgãos gestores, com o apoio de outros órgãos e entidades do Sistema Ambiental Paulista que compõem o Comitê de Integração;
- Foi delineada proposta para a definição das UC que integrarão a próxima fase de trabalho do Comitê a ser apresentada aos dirigentes do Sistema.

Ações previstas:

- Finalização dos processos de elaboração de planos de manejo da regra de transição para encaminhamento ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA): Estação Ecológica de Itapeva, Floresta Serra D'Água, Noroeste Paulista, Áreas de Proteção Ambiental Marinhas (Norte, Sul e Centro), ARIES São Sebastião e Guará e Parque Estadual Marinho Laje de Santos (PEMLS);
- Definição das próximas UC que integrarão a próxima fase de trabalho do Comitê de Integração, sendo que 3 UC poderão contar com recursos do MMA/KFW/GIZ (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itapanhapima - FF, Reserva Extrativista da Ilha do Tumba - FF e Reserva Extrativista Taquari – FF), e a FF está finalizando Termo de Referência para contratação de serviços de apoio à elaboração dos planos de manejo das Unidades que compõem o Mosaico do Jacupiranga (MOJAC);
- Consolidação da metodologia de Participação Social;
- Realização de seminário para debater o novo roteiro metodológico;
- Publicação do Roteiro Metodológico pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA);

#### **B. Concessões da Área de Uso Público de Unidades de Conservação**

*A Lei Estadual 16.260/2016 autorizou a concessão para exploração de serviços de ecoturismo e visitação pública de 25 próprios estaduais/Unidades de Conservação. Como projeto piloto foi estudada a concessão de 3 Parques Estaduais: (1) Alberto Löfgren (IF/Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU); (2) Cantareira (FF); e (3) Campos de Jordão(FF).*

#### Status:

- Realização, no primeiro semestre de 2017, de Chamamento Público para recebimento de estudos sobre a viabilidade da concessão dos 3 parques estaduais: 3 empresas entregaram estudos;
- Em março de 2017 foi assinado acordo de cooperação com o Instituto Semeia para o desenvolvimento de Projetos de Concessões ou Instrumentos Análogos nas UC;
- Fechamento de modelagem econômica e financeira da concessão, demonstrando a viabilidade econômica para o Parque Estadual de Campos de Jordão e para o Parque Estadual da Cantareira;
- Após a finalização das minutas de edital e contrato, em janeiro e fevereiro de 2018, foram realizadas as Consultas Públicas para as duas unidades;

- Em fevereiro e março de 2018 ocorreram as oitavas dos Conselhos Consultivos das UC e do Sistema de Informação e de Gestão de Áreas Protegidas (SIGAP);
- Realização audiência pública (PE Cantareira em 24/05/2018 e PE Campos do Jordão em 12/06/2018);
- Aprovação do CONSEMA para os Parques Estaduais da Cantareira (20 de junho) e de Campos do Jordão (17 de julho).

Ações previstas:

- Publicação dos editais de licitação para os Parques Estaduais Campos do Jordão e Cantareira em outubro/2018;
- Contratação de estudo de viabilidade da concessão em duas novas unidades: Parque Estadual Intervales e Núcleo Caminhos do Mar do PESM.

**C. Criação de Unidades de Conservação**

*Criação de áreas cujas características naturais relevantes demandam proteção especial por parte do Sistema Ambiental Paulista.*

Status:

- Criação do Parque Estadual Águas da Billings pelo Decreto 63.324/2018 (187,60 hectares);
- Criação do Parque Estadual Águas da Prata pelo Decreto 63.454/2018 (50,43 hectares);
- Criação da Floresta Estadual do Noroeste Paulista pelo Decreto 63.455/2018 (379,93 hectares);
- Proposta de criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Cerrado Paulista (Refúgio de Vida Silvestre Aimorés e Área de Relevante Interesse Ecológico Leopoldo Magno Coutinho) com manifestação favorável do CONSEMA (4.034,73 hectares);
- Proposta de criação da APA Serra do Itapeti com manifestação favorável do CONSEMA (5.264,57 hectares);
- Entre 2015 e setembro/2018 foram reconhecidas as 11 RPPNs pela Secretaria do Meio Ambiente, totalizando 937 hectares;
- Audiência pública realizada em 28/08/2018 para proposta de criação das Áreas de Proteção Ambiental Barreiro Rico e Tanquã – Rio Piracicaba (44.199 hectares);
- Em elaboração estudos para a criação da Estação Ecológica de Cajuru.

Ações previstas:

- APA Itapeti: análise pela Assessoria Jurídica do Governo;
- APAs Barreiro Rico e Tanquã: análise das contribuições e encaminhamento ao CONSEMA;
- Mosaico de Unidades de Conservação do Cerrado Paulista: adequação da minuta de decreto de criação pela Fundação Florestal para atender às recomendações da Consultoria Jurídica;
- Estação Ecológica de Cajuru: Contratação do ITESP para atualização do laudo fundiário;
- Apresentação de estudos de viabilidade e propostas para conversão de atuais florestas e estações experimentais em unidades de conservação.

#### **D. Conselhos de Unidades de Conservação**

*Aprimoramento da participação e envolvimento da sociedade civil nas questões relacionadas às áreas protegidas, ampliando e regularizando sua participação em conselhos consultivos e deliberativos.*

##### Status:

- Até setembro de 2018 foram instituídos 50 conselhos consultivos / deliberativos, de acordo com as normas do SIGAP e as Resoluções SMA 88/2017 e 25/2018, sendo 42 de Unidades administradas pela Fundação Florestal, 7 de Unidades administradas pelo Instituto Florestal e 1 de Unidade administrada pelo Instituto de Botânica.

Ação Prevista: Instituição de cerca de 80% de todos os Conselhos Consultivos e Deliberativos das Unidades de Conservação até dezembro de 2018.

#### **E. Regularização Fundiária de Unidades de Conservação**

*O planejamento para a regularização fundiária de Unidades de Conservação se trata de um conjunto de ações e esforços voltados à consolidação dos limites das unidades de conservação que já são de domínio do Estado e ações com foco na aquisição de propriedades privadas, objetivando a consolidação do domínio público nas unidades que a lei assim determine.*

##### Status:

- Em relação às áreas prioritárias, foram feitos trabalhos de espacialização em uma base cartográfica e foram identificadas as atividades necessárias para cada situação, ou seja: aquisições, diagnóstico fundiário, reintegrações, etc.;
- Aprovado plano na Câmara de Compensação Ambiental no valor de R\$ 19 milhões para as unidades do Contínuo Cantareira, que já contam com levantamento do ITESP;
- Contratado o Georreferenciamento dos limites do Parque Estadual de Campos do Jordão e do Parque Estadual Mananciais de Campos do Jordão – Setembro/2018;
- Aprovado plano de trabalho na Câmara de Compensação Ambiental para georreferenciamento de 22 unidades de conservação;
- Aprovado plano de trabalho na Câmara de Compensação Ambiental para avaliação de 5 imóveis para desapropriação, inseridos no Parque Estadual Águas da Billings – Autorização da despesa pelo Comitê Gestor aprovada em 13/09/2018.

#### Ações Previstas:

- Elaboração de termos de referência para a contratação de diagnósticos fundiários e de ações de georreferenciamento, aquisições amigáveis e desapropriações judiciais e outras;
- Contratação da avaliação de imóveis no Contínuo Cantareira e posterior aquisição destes imóveis;
- Contratação da avaliação dos cinco imóveis para desapropriação inseridos no Parque Estadual Águas da Billings;
- Contratação da avaliação de área localizada no município de Cajuru para futura criação de unidade de conservação;
- Contratação de georreferenciamento de 22 unidades de conservação.

#### **F. Uso Público/Ecoturismo**

*Aprimoramento das ações de ecoturismo no âmbito da Fundação Florestal e das demais áreas de uso público do Sistema Ambiental Paulista, atendendo a população paulista especialmente por meio de distribuição gratuita de passaporte e por meio de ações virtuais nas redes sociais e meios de comunicação, buscando estimular a visita em todo o território do estado. Além disso, as ações pretendem dar visibilidade e transparência para as unidades junto aos visitantes.*

Status:

- Instituição do Comitê de Integração do Uso Público (CIUP) pela Resolução SMA 162/2017, com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para o desenvolvimento do Uso Público de Parques Urbanos e Unidades de Conservação;
- Instituição da Câmara Temática de Ecoturismo dentro do Conselho de Turismo do Estado de São Paulo (CONTURESP) em dezembro de 2017 para auxiliar na elaboração de diretrizes para o Plano Diretor de Turismo do Estado de São Paulo, com o objetivo específico de transformar os Parques Estaduais Paulistas em agentes indutores de desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo regional, gerando diferentes oportunidades de futuras parcerias e inovação nos modelos de negócios;
- Assinatura de convênio para parceria com a iniciativa privada para fornecimento de dados de trilhas e captação de imagens para a produção do Projeto “Passaporte Trilhas de SP – 2ª edição”;
- Assinado Convênio entre Estado de São Paulo, por meio da SMA e da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), e a Fundação Florestal, com o objetivo de integrar planos, programas, projetos e atividades desenvolvidas pelas instituições para potencializar as ações turísticas nas regiões em que estão situadas as Áreas Naturais Protegidas (Parques Urbano e UCs), mediante as orientações e condicionantes dos documentos de gestão destas áreas;
- Assinado Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo, por meio da SMA, Fundação Florestal e Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo, visando estreitar relações para o fortalecimento do turismo sustentável, aproximando a gestão das UCs com as Prefeituras;
- Instituição do Projeto “Parques Inteligentes” pela Resolução SMA 59/2018;
- Finalização e distribuição do Passaporte Trilhas de São Paulo – 2ª Edição e do Guia de Observação de Primatas;
- Finalização do Guia de Aves, que se encontra disponível para *download*;
- Instituição de GT para implantação da Rota Turística “Márcia Prado”, que vai de São Paulo a Santos, através do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), pela Estrada de Manutenção da Ecovias;
- Articulação com Prefeituras de São Paulo, Santos, São Bernardo do Campo e Cubatão para parceria visando à implantação da Rota Turística;
- Instituição de GT para implantação de trilhas de bicicleta em Unidades de Conservação estaduais e na criação de Ciclo Rotas ligando as Unidades.

#### Ações previstas:

- Finalizar a Matriz de Unidades de Visitação para elaboração de site de áreas protegidas, voltado para o público externo ao Sistema Ambiental Paulista;
- Elaboração do Guia de Áreas Protegidas do Sistema Ambiental Paulista;
- Fortalecimento do CIUP e da Câmara Temática do Ecoturismo;
- Proposição de Projeto para Fortalecimento e Melhoria na gestão do Uso Público para o incremento da visitação;
- Tratativas para operacionalização da Rota “Márcia Prado” no trecho do PESM (Estrada de Manutenção) pela Ecovias;
- Com relação às trilhas de bicicleta: identificação de trilhas pelos gestores, com as informações existentes, criação de modelo de sinalização de trilhas e realização de vistorias após o mapeamento.

#### **G. Recuperação Socioambiental da Serra do Mar**

*Promoção da remoção de famílias em áreas de risco e dentro de Parques e da conservação, uso sustentável e recuperação socioambiental do Parque Estadual da Serra do Mar, do Mosaico Juréia-Itatins e de Unidades de Conservação Marinhas. O Programa, que conta com a atuação da Secretaria da Habitação, desenvolve ações tanto para recuperação social como ambiental, com destaque para as realocações e recuperação ambiental dos Bairros Cota, em Cubatão, contando com trabalho junto à comunidade para a promoção, a conservação, o uso sustentável e a restauração ambiental do bioma Mata Atlântica.*

#### Status:

- Concluídos:
  - Constituição da metodologia de fiscalização integrada - atualmente o Sistema Integrado de Monitoramento (SIM) e Sistema Integrado de Monitoramento Marítimo (SIMMar);
  - 11 obras de infraestrutura no PESM: (i) 4 Bases de Proteção nos Núcleo Cunha (Barra), Caraguatatuba (Gravi), Santa Virgínia (Catuçaba) e Itariru (Pedra Lisa); (ii) 1 Centro de Visitantes e 1 Guarita no Núcleo Curucutu; e (iii) 2 Guarita, 1 Centro de Visitantes, 1 base de proteção e 1 Conjunto Sanitário no Núcleo Itutinga-Pilões);
  - 3 obras no Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas, sendo, 1 conjunto com quiosque e sanitários no PE Ilha Anchieta;

- 2 obras no PE Xixová-Japuí (1 Base Conjugada e 1 Guarita);
  - 1 obra de infraestrutura no Mosaico Juréia-Itatins, a reforma da Base Rio Verde da Estação Ecológica Juréia-Itatins;
  - Entrega de 1 (uma) aeronave (helicóptero biturbina) para uso da Polícia Militar Ambiental;
  - Entrega de 11 embarcações (3 para Polícia Militar Ambiental + 2 APAs Marinhas Sul e Norte + 4 Mosaico Juréia Itatins + 1 de PE Ilha do Cardoso+ 1 P.E. Ilha Anchieta), 81 veículos, sendo 65 veículos para a Polícia Militar Ambiental e 16 para Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável, além de 3 tratores e 2 motos;
  - Entrega de 9 Bases Móveis (trailers) para uso público;
  - Curso de Capacitação para Gestores de Unidades de Conservação;
  - Projeto Sistema de Trilhas e Atrativos;
  - Sistema de monitoramento de qualidade ambiental do PESM;
  - Manual de Gestão de Unidades de Conservação;
  - Levantamento planialtimétrico do local das futuras instalações do Jardim Botânico de Cubatão;
  - Plano de manejo florestal para erradicação de exóticas do PESM;
  - Recuperação ambiental nas áreas desocupadas de 30 hectares;
  - Obra de adequação e perenização da Estrada do Despraiado no Mosaico Juréia-Itatins;
  - Manutenção da Base Perequê – Estação Ecológica Juréia-Itatins;
  - Infraestrutura elétrica + Estação de Tratamento de Água (ETA) e acabamento no Núcleo Arpoador do Parque Estadual Itinguçu.
- Em execução:
    - 1º Batalhão de Polícia Ambiental;
    - Base de Proteção – Estrada do Rio Pardo – Núcleo Caraguatatuba/PESM.

Ações previstas:

- Conclusão:
  - Base Guariúma – Núcleo Itutinga-Pilões/PESM (Infraestrutura – Energia Elétrica e Aquecimento);

- Reforma e ampliação da Sede Administrativa do Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins;
- Adequação de instalações elétricas, de dados e telefonia da Base Integrada do PE Xixová-Japuí;
- Instalação de Câmeras de Monitoramento no Caminhos do Mar/PESM;
- Aquisição: 1 embarcação para o Parque Estadual Marinho Laje de Santos, 1 Trator para o Núcleo Santa Virgínia, 18 notebooks, 8 microcomputadores e 7 impressoras;
- Contratação:
  - Instalação de equipamentos de uso público (mirante, passarela e pier de rafting) - Núcleo Santa Virgínia/PESM;
  - Manutenção de edificações nos Núcleos Caraguatatuba e Picinguaba/PESM;
  - Capacitação em proteção e fiscalização de Unidades de Conservação da Fundação Florestal no âmbito do Programa;
  - Sinalização nas UCs;
  - Elaboração de Plano de Uso Sustentável das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una e Despraiado (MUCJI);
  - Aquisição: 2 kits básicos RPAS Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (Drones), 64 microcomputadores para a Polícia Militar Ambiental, mobiliários e 32 veículos (para Polícia Militar Ambiental e UCs).

#### **H. Planos de Ação e Combate a Incêndios Florestais em Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas Estaduais (PPCIF)**

*Planejamento e implantação do Sistema Estadual de Combate a Incêndios Florestais, instituído pela Lei Estadual nº 10.547/2000 e pelo Decreto 56.571/2010, e coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. A necessidade de enfrentamento dos problemas associados aos incêndios florestais demanda a adoção de uma série de medidas integradas e complementares, de redução dos riscos e resposta emergencial aos episódios de fogo, inclusive nas Áreas Protegidas Estaduais. Nesse sentido, o Comitê Executivo do Sistema Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - “Operação Corta-Fogo”, propôs a implementação do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - PPCIF. Trata-se de um documento que estabelece as medidas e atividades prioritárias destinadas a evitar e reduzir a ocorrência de incêndios florestais, e sistematizar as ações de resposta realizadas durante ou após o fogo em UC e nas demais Áreas Protegidas.*

#### Status:

- Deliberação pelo Comitê Executivo da Operação Corta-Fogo sobre a necessidade de criação de Planos de Contingência (Planos de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas Estaduais – PPCIF) em novembro de 2017;
- No período compreendido entre novembro/2017 e abril/2018, foram cumpridas diversas etapas de preparação do modelo de PPCIF: (1) Elaboração de minuta inicial do modelo do Plano pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental; (2) Reuniões técnicas entre Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, Fundação Florestal e Instituto Florestal para discussão e aprimoramento da minuta do modelo do Plano; e (3) Reunião técnica com Corpo de Bombeiros e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil para validação da minuta do modelo do Plano;
- Lançamento da Operação Corta Fogo 2018 , com conclusão dos PPCIFs para as 20 Unidades de Conservação que tem o fogo como maior ameaça potencial;
- Aprovação pelo Comitê Executivo da Operação Corta-Fogo do modelo padrão e estratégia de implementação dos PPCIF em abril de 2018;
- Realização, em maio de 2018, de oficina de trabalho para apresentação do modelo padrão dos PPCIF aos gestores e responsáveis pelas Unidades de Conservação e demais áreas Protegidas do IF e FF;
- 55 PPCIF concluídos (elaborados pelos gestores e responsáveis pelas Unidades de Conservação);
- Realização, em agosto de 2018, da videoconferência “ PPCIF e Acionamento para combate aos incêndios florestais em Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas”. Público-alvo: Gerentes Regionais da Fundação Florestal, Chefes de Seção do Instituto Florestal, Gestores e Responsáveis de Unidades, Oficiais regionais do Corpo de Bombeiros.

#### Ações previstas:

- Avaliação da efetividade do PPCIF enquanto instrumento de gestão dos incêndios florestais nas Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas Estaduais;
- Aprimoramento contínuo do instrumento.

## **I. Programa de Monumentos Geológicos do Estado de São Paulo**

*Criação do Programa de Monumentos Geológicos do Estado de São Paulo e do Comitê de Integração de Apoio aos Monumentos Geológicos, e atualização do Conselho Estadual de Monumentos Geológicos (CoMGeo-SP), visando estimular a criação e a implementação das Áreas de Interesse Ambiental denominadas Monumento Geológico, assim indicadas e declaradas pelo CoMGeo-SP.*

Status: Avaliação, pela Consultoria Jurídica, da minuta de resolução de criação do Programa de Monumentos Geológicos do Estado de São Paulo e do Comitê de Integração de Apoio aos Monumentos Geológicos, e de atualização do Conselho Estadual de Monumentos Geológicos (CoMGeo-SP).

Ações previstas:

- Publicação da resolução em novembro de 2018;
- Atualização do CoMGeo-SP e Portaria do Instituto Geológico em dezembro de 2018.

## **J. Regulamentação Específica para Autorização de Intervenção em APPs Urbanas, que tenham perdido suas funções ambientais**

*Estabelecimento de critérios para identificação da perda de função ambiental das áreas de preservação em ambiente urbano consolidado, situação em que a ocupação dessas áreas pode ser considerada como de baixo impacto.*

Status:

- Na 351ª Reunião da Plenária do CONSEMA, foi atribuída à Comissão Temática de Atividades Imobiliárias e Projetos Urbanísticos a tarefa de discutir a regulamentação;
- Na reunião da Comissão Temática, realizada em 26/09/2018, a proposta de regulamentação estabelecendo critérios para verificação da perda das funções ambientais, por deliberação do CONSEMA, foi aprovada;
- A proposta aprovada será encaminhada à Plenária do CONSEMA para apreciação.

Ação prevista: Apreciação pela Plenária do CONSEMA no dia 17/10/2018.

### 3. PARQUES URBANOS E UNIDADES DE PRODUÇÃO FLORESTAL

#### A. Melhoria da Gestão dos Parques Urbanos

*11 Parques Urbanos e Projeto Pomar Urbano administrados pela Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). De janeiro a julho de 2018 tais áreas receberam um público de 10.731 milhões de frequentadores, sendo que a meta é receber 12.981 milhões até o final do ano.*

#### Status:

- Parcerias com iniciativa privada realizadas, destacando-se: instalação de academia ao ar livre com instrutores capacitados, reforma das quadras do Parque Villa-Lobos e do Cândido Portinari, em parceria com a Adidas e Decathlon, realização de atividades desportivas (Academia Santander realiza periodicamente várias atividades, como aulas de dança, yoga e escalada, e Adidas e Decathlon realizam ‘treinão’ e aulas funcionais), e instalação de área pet (a Petz faz, aos finais de semana, feiras visando a saúde dos animais);
- Incremento de arrecadação com permissão de uso, locação de áreas e concessões, destacando-se: *food trucks*, lanchonete, restaurante, estacionamento, locação de bicicletas, feiras e eventos;
- Realização de cursos e oficinas em atividade de monitoria ambiental (meta é atingir 15 mil pessoas);
- Convênio com a Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) e a Secretaria de Energia e Mineração para implantação de Usina Fotovoltaica para geração de energia no Parque Cândido Portinari (a operação da usina está gerando descontos nas contas de energia dos parques – média de 15 mil/mês);
- Convênio firmado com a empresa VF do Brasil Ltda., visando à promoção de atividades desportivas, lazer e de integração social em área interna do Parque Candido Portinari – “Projeto Pista de Skate em Formato Olímpico” (inauguração em maio/2018);
- 72% de satisfação dos visitantes dos Parques na última pesquisa realizada, tendo como meta atingir 80% de satisfação;
- Permissão de uso para instalação de escola de equitação no Parque da Água Branca (concluída – já há uma empresa operando);
- Reforma e adequação de acessibilidade no Parque da Água Branca (concluída);
- Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC 01/2018, que institui o Programa Agricultura Viva Socioambiental que, dentre outros objetivos, visa fomentar feiras nos parques urbanos

para valorizar a produção sustentável de alimentos, especialmente os provenientes de sistemas agroflorestais, de sistemas agroecológicos, de produção orgânica e da agricultura familiar;

- Resolução Conjunta SMA/SC 01/2018, que institui o Programa Cultura nos Parques, com objetivo de valorizar a apresentação cultural e artística em espaços públicos - aguardando a publicação de edital de cadastramento pela Secretaria da Cultura;
- Resolução Conjunta SMA/SC 02/2018, que institui o Programa SP Circo nos Parques, com objetivo de valorizar a apresentação circense em espaços públicos - aguardando a publicação de edital de cadastramento pela Secretaria da Cultura;
- Publicação do Chamamento 07/2018/GS, visando à apresentação de propostas para a celebração de Acordo de Cooperação com Organização da Sociedade Civil – OSC para a implementação de projeto social, com vistas à promoção de atividades esportivas, de lazer e integração social, voltada à prática da modalidade de tênis de campo, com o fornecimento gratuito de orientação profissional e material de apoio a esta atividade nos parques Villa-Lobos e Gabriel Chucre (término do prazo de apresentação de propostas em 01/10/2018).

Ações previstas:

- Permissão de uso para *Food Trucks* e locação de bicicletas no Parque da Juventude (abertura da concorrência prevista para dezembro de 2018);
- Permissão de Uso de lanchonetes no Parque Belém (abertura de concorrência prevista para dezembro de 2018);
- Cessão de uso para instalação de Agência Ambiental da CETESB no Parque Belém (finalização dos trâmites processuais e assinatura do Termo de Cessão prevista para outubro de 2018);
- Contratação de serviços de modernização do sistema de iluminação do Parque da Juventude (aguardando publicação de edital de licitação/ previsão de conclusão da execução dos serviços em dezembro/2018).

## **B. Abertura e Programação de Uso do Parque Jequitibá**

*Com área de 12,5 hectares, o Parque Tizo passou a se chamar Parque Jequitibá (Decreto 59.259/2013), abrangendo território dos municípios de São Paulo, Cotia e Osasco – a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) está atualmente como responsável pela finalização das obras de infraestrutura do parque.*

### Status:

- Serviços de vigilância, de manutenção de áreas verdes e de limpeza predial iniciados;
- Implantação de acesso e playground;
- Implantação do paisagismo do Jardim das Borboletas e gramados no Platô 3;
- Monitoria para atividades de Educação Ambiental iniciada em junho de 2018;
- Inclusão do Parque no contrato de manutenção civil, hidráulica e elétrica que atende os parques da CPU (aditivo assinado em agosto/2018);
- Aquisição de mobiliários;
- Licitações para telefonia e logística (projeto sendo readequado).

### Ações previstas:

- Melhorias na ponte e passarela localizadas na área que liga o Platô 1 às demais áreas do parque (finalização no segundo semestre de 2018);
- Instalação de gradil e portaria no Platô 1 (finalização em outubro/2018);
- Locação de containers e sanitários químicos (previsão: outubro/2018);
- Aquisição de coletores de resíduos (previsão: outubro/2018);
- Abertura do parque para uso público prevista para novembro/2018.

## **C. Parcerias para o Projeto Pomar Urbano**

*Projeto de Recuperação Paisagística das margens do canal do Rio Pinheiros.*

### Status:

- Aberto Chamamento Público para implantação e manutenção de projetos paisagísticos na Margem Leste - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo dia 07/09/2017 - resultado: empresa responsável para a implantação e manutenção é a Telefônica-Vivo;
- Assinado Termo de Doação com a empresa Telefônica-Vivo em setembro de 2017;
- Fortalecimento da interlocução com Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) para implantação e manutenção de trechos;

- Aberto Chamamento Público para implantação e manutenção dos trechos da Margem Oeste em 25/09/2018.

Ações previstas:

- Modernização da imagem/divulgação do projeto (logos do projeto e dos parceiros foram atualizados e aprovados na subcomissão da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) do município de São Paulo);
- Início do plantio na Margem Leste na parceria com a Telefônica-Vivo;
- Seleção de interessado para adoção dos trechos da Margem Oeste.

**D. Concessão de Unidades de Produção Florestais**

*Chamamento Público (01/2017/GS) realizado para prospecção de interessados em 34 áreas do Instituto Florestal e apresentação ao Conselho de Desestatização para concessão de produtos e subprodutos florestais (Lei 16.260/2016) da Estação Experimental de Mogi-Guaçu e da Floresta de Cajuru.*

Status:

- Em resposta ao Chamamento Público, 116 manifestações de interesse de concessão ou alienação das áreas foram recebidas em março/2017. Foi elaborada proposta de Projeto de Lei (PL) para alienação de próprios estaduais;
- Ajuizada Ação Civil Pública (ACP) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) interpôs agravo. Os autos da ACP, com a contraminuta do Ministério Público ao nosso agravo, foram remetidos em junho/2017 à Procuradoria Geral de Justiça (PGJ);
- Provimento parcial do agravo interposto contra decisão de 1º grau que suspendia os efeitos do Chamamento Público, tendo sido autorizado o prosseguimento do procedimento de licitação para eventuais concessões, nos termos preconizados pela Lei Estadual 16.260/2016, com a entrega dos projetos apresentados por eventuais interessados ao Ministério Público, caso a Administração opte pela licitação dessas áreas;
- Suspensão dessa iniciativa;
- Inicializados os estudos para a Concessão Florestal de Mogi Guaçu e Cajuru, entretanto foram suspensos.

## **E. Parceria com Municípios para a Gestão de Unidades**

*Assinatura de permissões e convênios com Prefeituras para gestão integrada de áreas com viés urbano, nos municípios de Avaré, Bauru, Botucatu, Mogi Mirim e Piracicaba.*

### Status:

- Publicação dos Decretos autorizativos das permissões de uso às prefeituras das unidades administradas pelo Instituto Florestal: Estação Experimental de Mogi Mirim, Estação Experimental de Bauru, Floresta de Botucatu, Floresta de Avaré I e Estação Experimental de Tupi:
  - Decreto 63.451/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 30 anos, em favor do Município de Mogi Mirim, do imóvel que especifica;
  - Decreto 63.450/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 30 anos, em favor do Município de Bauru, do imóvel que especifica;
  - Decreto 63.453/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 20 anos, em favor do Município de Botucatu, do imóvel que especifica;
  - Decreto 63.449/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 30 anos, em favor da Estância Turística de Avaré, do imóvel que especifica;
  - Decreto 63.452/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 20 anos, em favor do Município de Piracicaba, do imóvel que especifica;
  - Decreto 63.552/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 20 anos, em favor do Município de Piracicaba, de parte do imóvel que especifica;
- Assinatura dos seis Termos de Permissão de Uso.

### Ações previstas:

- Elaboração dos Planos de Trabalho de Gestão das referidas Unidades e composição das comissões de acompanhamento;
- Instrução processual para edição de decreto de permissão de uso da Estação Experimental de Casa Branca à Municipalidade.

#### **4. FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL**

##### **A. Programa Estadual de Conciliação Ambiental**

*Programa instituído por meio da Resolução SMA 51/2014, com a finalidade de garantir e assegurar os direitos dos autuados a um atendimento conciliatório para o cumprimento dos deveres e resolução dos processos relacionados aos Autos de Infração Ambiental (AIA), reduzindo o prazo de conclusão dos processos administrativos com o parcelamento de multas e celebração de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) no âmbito do Atendimento Ambiental, e oferecendo aos cidadãos informações relativas às normas ambientais visando minimizar reincidências no cometimento das infrações ambientais.*

##### Status:

- 35 pontos de Atendimento Ambiental implantados;
- 250 agentes de conciliação nomeados entre policiais ambientais e técnicos da SMA;
- Em operação o módulo no Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGAM) do Atendimento Ambiental (emissão da ata, do TCRA e guias de recolhimento);
- Revisão operacional e de procedimentos do Programa de Conciliação Ambiental: realizados estudos para a efetivação do Atendimento Ambiental numa transposição para a plataforma digital e elaboradas as minutas de decreto e resolução para viabilizar a conciliação ambiental digital;
- Divulgação da possibilidade de conversão de multas no estado de São Paulo, apoiando os interessados nesta medida como mais uma alternativa para conciliação: realizada articulação com a União da Indústria da Cana de Açúcar (UNICA) e com a Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) para a conversão das multas do setor sucroenergético em serviços de restauração. Meta estabelecida para final de 2018 (realizar a conversão de multas ambientais em projetos de prateleira do Programa Nascentes de, no mínimo, R\$ 16 milhões ou 320 hectares) foi superada: de janeiro a agosto de 2018 as conversões de multas em restauração ecológica totalizaram 340 hectares, sendo 274 hectares relativos à conversões de passivos de multas e 66 hectares referentes a conversões realizadas no Atendimento Ambiental de multas recentes;
- Realização de Seminário sobre Conciliação Ambiental para a Semana do Meio Ambiente em 06/06/2018;
- Criação do Grupo Revisor do Decreto 60.342/2014 pela Portaria CFA 16/2018.

#### Ações previstas:

- Administração das agendas de atendimento ambiental (atualmente 83% dos agendamentos estão no limite do prazo de 60 dias estabelecido pela legislação (Decreto 60.342/2014) entre a lavratura do auto de infração e a data do Atendimento Ambiental);
- Contratação de profissional para extração de dados do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGAM) através do B.I. (*Business Intelligence*);
- Revisão operacional e de procedimentos do Programa de Conciliação Ambiental: revisão dos atos normativos elaborados para submissão dos mesmos à Consultoria Jurídica da SMA e tratativas junto aos setores de Tecnologia da Informação (TI) e Orçamento para viabilização do sistema – proposta de conciliação ambiental digital deverá ser elaborada pelo Grupo Revisor do Decreto 60.342/2014;
- Divulgação da possibilidade de conversão de multas no estado de São Paulo, apoiando os interessados nesta medida como mais uma alternativa para conciliação: metas previstas até o final de 2018 – (1) publicar um manual sobre conversão; e (2) produzir dois vídeos.

#### **B. Fiscalização Ambiental Digital**

*Tecnologia embarcada em viaturas da Polícia Militar Ambiental (PAmb) integrada aos sistemas de gestão ambiental e de operações policiais, com acesso a informações ambientais e de segurança pública, com especial uso na lavratura de Autos de Infrações Ambientais.*

#### Status:

- 100% implantada desde maio de 2017: início em janeiro de 2017 quando os AIAs passaram a ser lavrados eletronicamente pela Polícia Militar Ambiental. Em maio, os processos dos AIAs foram digitalizados no E-Ambiente e foi iniciada a operação do Módulo SIGAM do AIA eletrônico;
- As 23 Companhias e os 50 Pelotões da Polícia Militar do Estado de São Paulo atualmente fazem o uso do Terminal Móvel de Dados (TMD), com aplicativo do AIA eletrônico, podendo trabalhar os dados *offline* e posteriormente fazer *upload* ao Sistema Operacional da Polícia Ambiental (SIOPM), integrado ao SIGAM para lavratura do AIA eletrônico;
- Aplicativo para confecção de laudos técnicos de forma eletrônica e integrada criado para verificação de reparação de danos em AIAs, em fase de testes/homologação;

- Customização do e-Ambiente e melhoria da integração com SIGAM, otimizando o trâmite processual;
- Integração de sistemas SIGAM e o SIOPM para disponibilização nos TMDs de informações para consulta aos antecedentes do infrator;
- Integração ao Sistema de Gerenciamento de Denúncias e Termos de Vistoria Ambiental - TVAs (módulo SIGAM).

Ações previstas:

- Agenda *on line* do Atendimento Ambiental;
- Integração com Sistema Integrado de Gestão da Fauna Silvestre (GEFAU) para destinação de animais apreendidos.

**C. Incremento na Fiscalização por meio das DEJEM**

*Melhoria no policiamento de Unidades de Conservação de Proteção Integral, por meio de Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar (DEJEM) e implantação de DEJEM nos Parques Urbanos.*

Status:

- Unidades de Conservação:
  - Convênio assinado em 10/07/2017 entre a Fundação Florestal e o Estado de São Paulo com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por até cinco anos. Previsão de repasse de R\$ 4,9 milhões, com recursos da Câmara de Compensação Ambiental – CCA;
  - 1ª renovação do Convênio estabelecida em julho de 2018 (vigência de 12 meses);
  - Início em 03/07/2018 das atividades DEJEM previstas no convênio, com base nas Diretrizes Operacionais estabelecidas conjuntamente entre Fundação Florestal, Comando de Policiamento Ambiental e Coordenadoria de Fiscalização Ambiental;
  - Atividades limitadas à 40% da proposta inicial (de 200 vagas/dia para 80 vagas/dia), abrangendo 24 Unidades de Conservação atualmente (no caso do Parque Estadual da Serra do Mar - PESM são 7 os núcleos contemplados e, no Parque Estadual Carlos Botelho, são 2 os núcleos envolvidos);

- Sistematização do primeiro mês de atividades (julho/2018) aponta para 1.486 atividades DEJEM realizadas, com apenas 28 registros de inconsistência quanto à validação para pagamento (serão reavaliadas).
- Parques Urbanos:
  - Termo de Cooperação assinado em 26/05/2017, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado até cinco anos (previsão máxima de repasse de R\$ 1,1 milhão para atender 12 parques urbanos);
  - Início das atividades em 2017 (unidades contempladas: Parque da Água Branca, Parque Alberto Loefgren, Parque Belém Manoel Pitta, Parque Cândido Portinari, Parque Chácara Baronesa, Parque da Juventude, Parque Gabriel Chucre, Parque Guarapiranga, Parque Várzea do Embu e Parque Villa-Lobos);
  - No período de 07/2017 a 03/2018 foram executados 77,96% da quantidade de vagas prevista para o período;
  - As atividades relacionadas à DEJEM foram suspensas a partir de 12/03/2018 até publicação de despacho autorizativo governamental para 2018;
  - Processo SMA 2.942/2017 foi encaminhado para a Consultoria Jurídica em 25/09/2018, com proposta de assinatura de novo Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Segurança Pública para emprego de policiais militares em atividade extraordinária de trabalho policial militar.

Ações previstas:

- Unidades de Conservação:
  - Acompanhamento das atividades, monitoramento mensal dos resultados e reprogramação periódica das vagas para ampliação das Unidades de Conservação abrangidas;
  - Antecipação para outubro de 2018 da solicitação de autorização do Governador para a realização das atividades DEJEM no exercício de 2019, para garantir que não haverá interrupção, contemplando a solicitação de cálculo de vagas mensalmente, a fim de possibilitar o remanejamento entre os dias do mês, seja por eventual baixa adesão em determinadas datas ou para permitir o planejamento de operações com maior contingente de policiais militares;
- Parques Urbanos:
  - Assinatura do novo Termo de Cooperação;

- Realização de reuniões periódicas para definição dos modos operantes em cada parque;
- Acompanhamento das atividades e monitoramento mensal dos resultados.

#### **D. Infraestrutura na Fiscalização**

*Renovação da frota da Polícia Militar Ambiental e aprimoramento das medidas de impacto na fiscalização ambiental.*

Status:

- Concluído edital para aquisição de 113 veículos para a Polícia Militar Ambiental, visando substituir 25% da frota;
- Concluído edital para contratação de serviço de pátios para veículos apreendidos para fiscalização ambiental.

Ações previstas:

- Publicação de edital e assinatura de contrato para aquisição das viaturas da Polícia Militar Ambiental;
- Publicação de edital e assinatura de contrato para contratação dos serviços de pátios.

### **5. CONSERVAÇÃO DA FAUNA**

#### **A. Programa Ninhos**

*Programa de fomento à proteção e manejo de fauna silvestre por meio do direcionamento do cumprimento de obrigações legais decorrentes de infrações contra a fauna e por meio de facilitação de iniciativas voluntárias a empreendimentos de uso e manejo de fauna silvestre, públicos ou privados, sem fins comerciais ou amadores, devidamente autorizados pela Secretaria do Meio Ambiente.*

Status:

- Publicada a Resolução SMA 35/2018 que institui o Programa Ninhos;
- Implantação do Programa;
- Disponibilização do site oficial do Programa:  
(<http://www2.ambiente.sp.gov.br/programaninhos/>);

- Instituição da Comissão Executiva do Programa Ninhos pela Portaria da Chefia de Gabinete 25, de 17 de abril de 2018;
- Análise dos primeiros projetos para compor a Prateleira do Programa Ninhos em fase de finalização;
- Início das atividades de divulgação do Programa junto a empreendimentos de uso e manejo de fauna silvestre.

Ações previstas:

- Disponibilização e gestão de projetos na Prateleira do Programa Ninhos;
- Divulgação dos fluxos e procedimentos do Programa junto a servidores da CFA no âmbito do Atendimento Ambiental; e
- Continuidade na divulgação do Programa junto aos empreendimentos de uso e manejo de fauna silvestre.

**B. Normativa para Fauna Silvestre**

*Instituição de diretrizes, estabelecimento de normas legais e procedimentos, e implementação de programas e ações para a conservação de populações in situ e ex situ (conservação integrada) de espécies nativas ameaçadas de extinção, e para a redução das pressões sobre a fauna silvestre no estado de São Paulo.*

Status:

- Em fase final de elaboração proposta de instrumento normativo com vistas à instituição da Política Estadual de Fauna Silvestre, após ampla discussão no âmbito de Grupo de Trabalho instituído pela Resolução SMA 26/2016 e avaliação de cerca de 750 contribuições oferecidas ao documento a partir de *Workshop* realizado em fevereiro de 2018;
- Publicada Resolução SMA 36, de 29 de março de 2018, que dispõe sobre a autorização de manejo *in situ* de animais silvestres;
- Publicada Resolução Conjunta SAA/SMA 01, de 09 de agosto de 2018, que estabelece procedimentos para o controle populacional, manejo ou erradicação da espécie exótica invasora javali-europeu, de nome científico *Sus scrofa*, em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento com o porco doméstico, denominados “javalis”;

- Finalizada e encaminhada à Casa Civil minuta de Decreto que declara as espécies da fauna silvestre no estado de São Paulo regionalmente extintas, ameaçadas de extinção, quase ameaçadas e com dados insuficientes para avaliação, e dá providências correlatas;
- Finalizada minuta de Resolução Conjunta SMA/SAA com vistas à instituição de Grupo de Trabalho sobre ordenamento pesqueiro do Estado de São Paulo com objetivo de elaborar planos de ordenamento pesqueiro para as espécies ameaçadas de extinção constantes do Anexo IV do Decreto relativo às espécies ameaçadas (antes mencionado), com vistas a estabelecer diretrizes e regras para o uso destas espécies; e
- Núcleo de Atividades *in situ* vinculados à Fundação Parque Zoológico de São Paulo (FPZSP) instituído para desenvolvimento de pesquisas científicas com espécies ameaçadas em suas áreas de ocorrência.

Ações previstas:

- Finalização de proposta de instrumento normativo instituindo a Política Estadual de Fauna Silvestre;
- Implementação do Sistema de Gestão de Fauna (GEFAU) - integração com sistema federal de fauna e estabilização do sistema estadual;
- Finalização de norma legal para fauna em cativeiro;
- Definição de normas e procedimentos internos para o tratamento da fauna silvestre no âmbito do licenciamento ambiental (em andamento: desenvolvimento de módulos voltados ao monitoramento de fauna silvestre na Sala de Cenários);
- Implementação do plano de controle e prevenção de zoonoses (adoção do conceito de Saúde Única) em conjunto com órgãos da Secretaria de Estado da Saúde, especialmente no que diz respeito ao manejo de capivaras visando prevenção e controle da febre maculosa;
- Revisão do protocolo técnico para diagnóstico populacional de capivaras, etapa estabelecida pela Resolução Conjunta SMA/SES 01/2016;
- Atualização da fórmula disposta na Resolução Conjunta SMA/SES 01/2016 para definição de número amostral de capivaras para exame sorológico;
- Publicação de decreto da atualização da Lista de Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado de São Paulo e de resolução que institui Grupo de Trabalho para elaboração de plano de ordenamento pesqueiro do Estado de São Paulo nos termos do decreto publicado;

- Execução (continuidade) pela FPZSP dos programas de reprodução *ex situ* para *Mymercophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira), *Leontopithecus chrysomelas* (mico-leão-cara-dourada), *Leontopithecus rosalia* (mico-leão-dourado), *Leontopithecus chrysopygus* (mico-leão-preto), *Andorhynchus leari* (arara-azul-de-lear), *Harpia harpija* (gavião-real), *Spizaetus ornatus* (gavião-de-penacho), *Spizaetus tyranus* (gavião-pegamacaco), *Bothrops insularis* (jararaca-ilhoa) e *Scinax alcatrazes* (perereca-de-alcatrazes), bem como de atividades *in situ* com *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará), *Speothus venaticus* (cachorro-vinagre), *Lycalopex vetulus* (raposinha-do-campo) e *Puma concolor* (onça-parda);
- Atualização do Plano Emergencial para conservação de 10 espécies de primatas do Estado de São Paulo no âmbito da Comissão Pró-Primatas;
- Elaboração do diagnóstico de bioinvasão da espécie *Sus Scrofa* (javali/javaporco) no estado de São Paulo;
- Elaboração do Projeto Manejo e Controle Populacional de Javalis Asselvajados do Parque Estadual de Ilhabela, Parque Estadual de Vassununga, Estação Ecológica de Angatuba e Estação Ecológica de Itirapina;
- Capacitação de multiplicadores da FAESP/SENAR, relativo ao manejo de javalis/javaporcos, prevista para 09/10/2018 em Bauru.

### **C. Proteção Animal**

*Promover avanços na implantação nas ações de Proteção Animal e da Ação Amigos para Sempre – a Ação passou a ser de responsabilidade da Subsecretaria de Defesa dos Animais, vinculada à Casa Militar. A SMA, contudo, continua executando projeto aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental para identificação e controle populacional de cães e gatos em áreas das Unidades de Conservação e Zonas de Amortecimento de Unidades de Proteção Integral no Vale do Ribeira.*

Status: Em execução projeto para Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos em áreas das Unidades de Conservação e Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação - UCs de Proteção Integral na região do Vale do Ribeira.

## II - GESTÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL

### 1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

#### A. VRA - Via Rápida Ambiental

*Portal do Licenciamento – Via Rápida Ambiental (VRA), traz agilidade e dinamismo aos processos de licenciamento das atividades de baixo impacto, possibilitando ao interessado obter o licenciamento ambiental sem a necessidade de comparecer à agência ambiental, sendo realizado totalmente pela internet, com a manifestação emitida na hora.*

#### Status:

- Publicação do Decreto Estadual 62.973/2017 – Dispõe de novos dispositivos para o licenciamento ambiental;
- VRA disponibilizado para o público em 29/12/2017;
- Suspensão da Cobrança do preço das licenças ambientais para as indústrias associadas à FIESP em decorrência de ato judicial.

Ação prevista: Ação judicial suspendeu os efeitos do Decreto, o que não altera os serviços relacionados ao VRA, que estão disponíveis aos interessados.

#### B. VRE - Via Rápida Empresa

*Implementação da adequação no Módulo de Licenciamento (ou Sistema Integrado de Licenciamento – SIL) para a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado (CLI), bem como a solicitação de licenças para um novo empreendimento, além de permitir alterações cadastrais e alterações técnicas.*

#### Status:

O projeto foi subdividido em 3 fases de implantação.

- Fase 1 - Integração de Sistemas SIL (Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP) X VRE (CETESB) implantado em 29/12/2017 – tendo havido a complementação da implantação da Fase 1 em 17/02/2018;
- Fase 2 – Obtenção de status do andamento das solicitações de licenciamento - implantado em 03/08/2018;

- Fase 3 – Inclusão, Avaliação e Retorno do andamento das Solicitações de Licenciamento do PLA – implantado em 03/08/2018.

Ação prevista: Acompanhamento diário do sistema no ambiente de produção e atendimento a *back-logs*.

### **C. e-Ambiente**

*Gerenciamento de processos administrativos em formato digital tem por objetivo tornar o processo mais rápido e ambientalmente mais responsável, com diminuição substancial da emissão de papel, até extinguir o uso de papel para movimentação de documentos ambientais. O sistema dispõe de recursos de fluxos de trabalho automatizados, inclusão de peças processuais e visualização eletrônica de documentos.*

Status:

- Licenciamento Ambiental 100% digital dos novos processos, considerando que, no intervalo entre 19/06/2017 e 21/08/2017, a CETESB instaurou o novo processo eletrônico de processamento e gestão de documentos: o e-Ambiente.

Ação prevista: Suporte e atualização realizada em conjunto pela CETESB e pela Secretaria do Meio Ambiente.

### **D. Sala de Cenários**

*O Geoportal Sala de Cenários fornece ao corpo técnico e gerencial da CETESB/SMA acesso ágil e fácil a informações georreferenciadas sobre os empreendimentos de grande porte, e provê ferramentas de análise ambiental no âmbito do licenciamento com avaliação de impacto ambiental na CETESB (relativo às obras de infraestruturas de energia, saneamento, transporte e recursos hídricos; grandes projetos industriais, agroindustriais, e de mineração; projetos urbanísticos e lazer).*

Status:

- Em operação há cerca de quatro anos, conta atualmente com mais de 1.200 projetos cadastrados, atendendo a mais de 300 usuários de diversas áreas do Sistema Ambiental Paulista. A proposta para a segunda etapa, visando à melhoria da análise dos impactos ambientais dos empreendimentos, encontra-se em desenvolvimento.

### Ações previstas:

A segunda etapa do projeto prevê:

- Inclusão dos dados de monitoramento ambiental da água relativos aos empreendimentos – provável operação ainda em 2018, e da flora e fauna para operação no início de 2019;
- Interconectividade com outros sistemas eletrônicos do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (SEAQUA): integração da Sala de Cenários com o Interáguas, e-Ambiente, SIGAM e DATAGEO entrará em operação em 2019;
- Digitalização dos processos de licenciamento pretéritos e indexação das informações para agilizar acesso ao acervo de dados constantes dos processos de licenciamento.

## **2. RESÍDUOS SÓLIDOS**

### **A. Planos Regionais de Resíduos Sólidos**

*Apoio técnico e institucional da SMA e CETESB aos municípios para a elaboração de Planos Regionais de Resíduos Sólidos no estado de São Paulo de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas pilotos, visando o desenvolvimento de soluções regionalizadas para a melhoria da gestão e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos no estado de São Paulo.*

Status: Planos em andamento com a participação da SMA:

- Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (CONDEMAT) - Protocolo de Intenções com Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) em andamento para contratação do plano;
- Aglomeração Urbana (AU) Piracicaba (no âmbito do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI), ainda não iniciado;
- Planos Regionais de Resíduos Sólidos já concluídos: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas (CISBRA), Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP), Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CONSAB), Conselho Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas (CONSIMARES), ABC, Região Sudoeste de São Paulo, Consórcio Intermunicipal do Pontal do Paranapanema (CIPP) e Baixada Santista;

- Protocolo de Intenções para apoio à elaboração dos Planos Regionais de Resíduos Sólidos assinado com as Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas de Ribeirão Preto, Sorocaba, Piracicaba e Jundiaí, no âmbito do qual:
  - Em finalização modelo de Termo de Referência (objeto: elaboração de plano regional) para ser apresentado às Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas, o qual servirá como requisito para obtenção dos recursos disponibilizados pelo Governo do Estado de São Paulo;
  - Firmada parceria com o Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê (CERISO) - projeto piloto, no valor de R\$ 1,3 milhão, para o desenvolvimento do plano regionalizado integrado de resíduos sólidos;
- Consórcios Municipais com ações em andamento: Consórcio Intermunicipal do Aterro Sanitário (CIAS), Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista (CIOPS), CONSIMARES, Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira (CONSAUDE/CODIVAR) e CERISO;
- Consórcios Municipais em negociação, ainda não firmados: região de Votorantim, Conchal, Amparo e Guariba.

Ações previstas:

- Apoio técnico e institucional para o desenvolvimento dos planos regionais, em especial para as Regiões Metropolitanas de Sorocaba e Ribeirão Preto e Aglomerações Urbanas de Jundiaí e Piracicaba, no âmbito do Protocolo de Intenções assinado;
- Articulação com outros consórcios e apoio à constituição de novos consórcios;
- Prospecção de recursos para direcionamento à elaboração dos planos.

**B. Revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos**

*Necessidade de renovação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, vigente até 2018, em atendimento ao art. 17 da Lei 12.305/2010.*

Status:

- Elaboração do Diagnóstico do Plano em finalização e da Regionalização em andamento;
- Revisão do Capítulo de Educação Ambiental pela Coordenadoria de Educação Ambiental.

Ações previstas:

- Diagnóstico, Regionalização, Diretrizes e Metas do Plano concluídas;

- Publicação do Plano prevista para dezembro de 2018.

### **C. Redução de Aterros Inadequados**

*Programa de intensificação de ações de fiscalização e controle da disposição final de resíduos sólidos em aterros sanitários pelos municípios paulistas e articulação com a instalação de Consórcios Regionais.*

#### Status:

- Dos 24 aterros em condição irregular:
  - 3 passaram a operar em condições adequadas: Barra do Chapéu, Coronel Macedo e Panorama;
  - 8 foram interditados: Itapeva, Itápolis, Itariri, Leme (lixão), Murutinga do Sul, Ourinhos, Presidente Venceslau e Santa Mercedes. No entanto:
    - Ourinhos opera com liminar concedida pelo Poder Judiciário;
    - Itápolis e Itariri foram desinterditados para implementação de Plano de Encerramento;
    - Presidente Venceslau foi desinterditado por ter adotado medidas para operar em condições adequadas;
  - Os demais aterros foram objeto de aplicação de 31 penalidades de multa e 27 penalidades de multa diária.

Ação prevista: Rigor no acompanhamento da gestão de aterros em situação irregular, visando às adequações necessárias. Caso tais adequações não ocorram, as áreas serão interditadas.

### **D. Logística Reversa**

*Conjunto de ações e procedimentos realizados junto ao setor produtivo para viabilizar a coleta, armazenagem e retorno dos materiais, seja para reaproveitamento (reuso ou reciclagem), seja para descarte ambientalmente adequado.*

#### Status:

- 4 Termos de Compromisso vigentes e atualizados: Óleo Comestível, Pilhas e Baterias Portáteis, Baterias Inservíveis de Chumbo Ácido e Embalagens em Geral (FIESP/CIESP/ABRELPE);

- 5 Termos de Compromisso vigentes e com aditamento em negociação: Embalagens de Agrotóxicos, Filtros Usados de Óleo Lubrificante Automotivo, Embalagens Plásticas Usadas de Lubrificantes, Embalagens Vazias de Saneantes Desinfetantes e Desinfetantes de Uso Profissional e Produtos Eletroeletrônicos de Uso Doméstico;
- 3 Termos de Compromisso novos em negociação: Embalagens em Geral (ABIHPEC/ABIPLA/ ABIMA), Óleos Lubrificantes e Eletroeletrônicos (linha branca-Eletros);
- Aguardando recebimento de 6 novas propostas de Termos de Compromisso: Medicamentos, Pneus e quatro de Embalagens em Geral (ABRAFATI; ABIPLA; ABIR e ABIA);
- Decisão de Diretoria CETESB 076/2018/C, que estabelece o procedimento para a incorporação da Logística Reversa no âmbito do licenciamento ambiental, publicada em 03 de Abril de 2018.

Ações previstas:

- Articulação com Secretaria da Fazenda para discutir pleito de revisão de regras fiscais e tributárias das operações de logística reversa;
- Encerramento do prazo da primeira linha de corte da DD 076/2018/C em 01/10/2018 - análise dos Planos recebidos e aplicação de sanções por não atendimento;
- Seguimento das negociações para aditamento e novas assinaturas de Termos de Compromisso.

**E. Módulos do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (SIGOR)**

*Implantação e melhoria do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (SIGOR) nos Municípios do estado de São Paulo.*

Status:

- SIGOR Módulo Reciclagem: Sistema concluído e lançado pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) em abril de 2018;
- SIGOR Módulo Construção Civil: Sistema em operação em 3 Municípios: São José do Rio Preto, Santos e Catanduva, contabilizando cerca de 1000 usuários e mais de 1100 CTR's monitoradas;
- SIGOR Módulo Logística Reversa: Desenvolvimento temporariamente paralisado.

Ações previstas:

- Reabertura do processo licitatório para novo contrato entre Estado de São Paulo, por meio da SMA, CETESB e a empresa desenvolvedora de Software para continuidade do SIGOR Módulo Construção Civil;
- Especificação do SIGOR - Logística Reversa, visando contratação que permita a continuidade das ações da DD 076/2018/C.

### **3. AÇÕES DE CONTROLE À POLUIÇÃO**

#### **A. Controle de Emissões Veiculares**

*Proposição de parâmetros para as novas fases de controle de emissões de fontes móveis.*

Status:

- A CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo encaminhou ao Ministério do Meio Ambiente as novas minutas de resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para as novas fases do PROCONVE e PROMOT – Programa de Controle de Poluição do Ar de Veículos Automotores e Programa de Controle de Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares. Tais minutas, que incorporaram as sugestões recebidas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em Consulta Pública e de grupo de especialistas convidados, foram encaminhadas ao CONAMA, onde transitam em caráter de urgência, conforme aprovado na reunião plenária de 23/08/2018;
- 4 Operações Invernos realizadas, com 85 comandos.

Ação prevista: Realização da fiscalização de rotina.

#### **B. Plano de Redução de Emissão de Fontes Estacionárias (PREFE)**

*Plano voltado para redução de emissão de fontes estacionárias.*

Status: Previsto no Decreto Estadual 59.113/2013, foi aprovado pela Decisão de Diretoria 289/2014/P e apresentado ao CONSEMA em 18/11/2014. O PREFE é atualizado a cada 3 anos. O PREFE 2014 definiu as Regiões de Controle de Qualidade do Ar que integrarão o plano e listou as fontes estacionárias de poluição atmosférica que deverão observar procedimentos específicos

para que essas regiões alcancem a conformidade com o padrão vigente de qualidade do ar. Foi disponibilizado em 2017 o Guia de Melhor Prática Disponível. Foi concluído o levantamento atualizado das emissões de poluentes atmosféricos das empresas integrantes do PREFE 2014 e dos equipamentos de controle de poluição implantados.

Ações previstas: Com base nesse levantamento, será iniciada a avaliação do PREFE 2014 em meados de outubro/2018 e, após, o planejamento do próximo PREFE.

### **C. Fiscalização de Fontes Móveis com Dispositivos Móveis**

*Desenvolvimento e implantação de aplicativo para dispositivos móveis (celulares), voltado à aplicação de autuações por emissão de fumaça preta.*

Status: Projeto recebeu ajustes para adequação ao recurso disponível. A Solicitação de Compras foi aprovada. Aguarda manifestação solicitada ao Departamento de Auditoria para início das atividades.

Ação prevista: Início do desenvolvimento do aplicativo.

### **D. Regularização de Áreas Contaminadas**

*Em maio de 2002, a CETESB divulgou pela primeira vez a lista de áreas contaminadas, registrando a existência de 255 áreas contaminadas no estado de São Paulo. O registro das áreas contaminadas é frequentemente atualizado e, após a última atualização, ocorrida em dezembro de 2017, foram totalizados 5942 registros no Cadastro de Áreas Contaminadas e Reabilitadas no estado de São Paulo. O aumento constante do número de áreas cadastradas é devido à ação rotineira de fiscalização e ao licenciamento ambiental.*

Status:

- Do total de registros disponíveis, 1184 referem-se a áreas que já passaram por processo de remediação, sendo consideradas reabilitadas para uso declarado, e 1459 estão em processo de monitoramento para encerramento. Foram também registradas 841 áreas onde ocorreu ou está planejada a reutilização de áreas contaminadas;

- As áreas estão sendo regularmente acompanhadas e o banco de dados é atualizado constantemente pelas Agências, sendo consolidado ao final do ano pelo Departamento de Áreas Contaminadas para divulgação;
- Procedimento atualmente vigente segue as Resoluções SMA 10 e 11/2017, a Decisão de Diretoria nº 038/2017/C e a Instrução Técnica 39 da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental em dezembro de 2017.

Ações previstas:

- Consolidação do banco de dados para divulgação, com informações sobre áreas: (1) contaminadas com risco confirmado (ACRI); (2) contaminadas em processo de reutilização (ACRU); (3) contaminadas sob investigação (ACI); (4) em processo de monitoramento para encerramento; (5) em processo de remediação (ACRe); e (6) reabilitada para o uso declarado.

**E. Revisão da Deliberação CONSEMA Normativa 01/2014**

Criação de grupo interno SMA/GAB-CETESB, visando à revisão da Deliberação CONSEMA Normativa 01/2014, que fixa tipologia para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental, dos empreendimentos e atividades de potencial impacto local.

Status:

- O processo de discussões internas SMA/CETESB e reuniões externas com a Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio Ambiente – ANAMMA Nacional e com a ANAMMA São Paulo, resultaram em uma minuta de Normativa, que incorporou, dentro do possível, frente às legislações ambientais vigentes, as reivindicações apresentadas.

Ações previstas:

- A minuta do texto proposto será apresentada para análise e votação na 78ª Reunião da Comissão Temática Processante e de Normatização do CONSEMA que será realizada no dia 05 de outubro de 2018 na Sala do CONSEMA.

#### 4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E EFICIÊNCIA NO CONTROLE À POLUIÇÃO

##### A. Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)

*A CETESB desempenha papel de Centro Regional da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe (GRULAC).*

##### Status:

- Desenvolvimento e implementação de projetos para assistência técnica com financiamentos internacionais;
- Capacitação de 598 profissionais dos países do GRULAC, como também da África de Língua Portuguesa;
- Cooperação estreita com o Ministério do Meio Ambiente para a implementação das Convenções voltadas a substâncias químicas e resíduos no Brasil (Convenções de Basileia, Roterdã, Estocolmo e Minamata);
- Desenvolvimento e divulgação de vídeos sobre “Lixo Marinho”, para conscientização da população do estado de São Paulo, em parceria com Verão no Clima.

##### Ações previstas:

- Transformação de Conteúdo técnico para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e implementação de cursos de ensino a distância (EaD) sobre a Convenção de Estocolmo e sobre Bifenilas Policloradas (PCBs) - em 3 edições com 250 participantes por edição (Projeto gestão de PCBs, acordado com Ministério do Meio Ambiente - MMA/ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUD);
- Produção de 3 vídeos técnicos sobre POPs gestão de PCBs, voltados para o público em geral, profissionais da área ambiental e do setor elétrico (Projeto gestão de PCBs, acordado com o MMA/PNUD) - em fase de licitação de produtora de vídeos;
- Realização do Seminário: Desenvolvimento de Estratégias para Gerenciamento Nacional de Substâncias Químicas – um programa de treinamento internacional focado em prevenção e controle de substâncias químicas, para participantes dos países da América latina e Caribe, previsto para os dias 22 a 24 de outubro de 2018, em parceria com a Agência Sueca de Produtos Químicos (KemI), financiado pela Agência de Cooperação e Desenvolvimento Internacional da Suécia (SIDA em sua sigla em Inglês);
- Coordenação executiva da “8º Reunião do Grupo de Especialistas para Gerenciamento Ambientalmente Adequado”, da Convenção de Basileia sobre o Controle de

Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação, de 05 a 08/12/18, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);

- Projetos para identificar POPs de uso industrial no meio ambiente, como sulfluramida nas iscas formicidas;
- Projetos para treinamentos presenciais sobre POPs, como sobre Éteres Difenílicos Polibromados (PBDEs) em resíduos eletroeletrônicos e sobre gerenciamento de substâncias químicas.

#### **B. Sistema de Inventário de Fontes de Poluição - SINCET Web (para a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP)**

*O sistema SINCET Web, em fase de implantação, fará o armazenamento georreferenciado de informações e dados sobre impactos no ar, água e solo de fontes de poluição antropogênicas e naturais, a administração dos dados e ferramentas de suporte à decisão.*

##### Status:

- Financiado pelo Fundo de Interesses Difusos (FID), o contrato teve início em junho de 2017;
- Módulo AR homologado em 20/02/2018, com treinamento realizado entre 10/11/2017 a 13/11/2017 para as áreas de negócio e TI;
- Módulo ÁGUA homologado em 19/04/2018, com treinamento realizado em 19/02/2018 para as áreas de negócio;
- Módulo SOLO homologado em 15/05/2018, com treinamento realizado em junho de 2018;
- Previsto 18 meses para manutenção do sistema após a implantação Sincet Web no ambiente de produção.

Ação prevista: Implantação do Sistema Sincet Web com os módulos AR, ÁGUA E SOLO no ambiente de produção da TI CETESB prevista para 20/09/2018 – Sistema concluído aguardando a compra do SQL Server para o Servidor em que será instalado.

#### **C. Sistema de Informações de Qualidade da Água**

*Sistema que abarca o Projeto Infoáguas (desenvolvimento de sistema, elaborado sob medida para as necessidades da CETESB, para capturar, processar, armazenar e disponibilizar informações relacionadas a efluentes líquidos dos empreendimentos, pontos de monitoramento*

*da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e condições de saneamento dos municípios) e o Projeto Qualiáguas (que tem como objetivo capturar, armazenar, tratar e disponibilizar as informações necessárias ao efetivo gerenciamento da qualidade das águas de rios e reservatórios do estado de São Paulo por meio da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade das Águas).*

Status:

- Projeto Infoáguas - implantação:
  - Módulo 1 – Acessibilidade e Segurança – em 19/12/2017;
  - Módulo 2 - Monitoramento de Efluentes – em 19/12/2017;
  - Módulo 3 – Automonitoramento – em 15/01/2018;
  - Módulo 5 – Águas Subterrâneas – em 17/08/2018;
- Projeto Qualiáguas: Realizada pesquisa para identificação de produtos já disponíveis no mercado que atendam às necessidades da CETESB. O Termo de Referência está sendo revisado até outubro de 2018 para a aquisição do sistema.

Ações previstas:

- Projeto Infoáguas - Implantações dos Módulos 4 (ICTEM), 6 (Geoprocessamento) e 7 (Relatórios) previstas para 30/10/2018;
- Projeto Qualiáguas: Efetivação da aquisição do novo sistema, com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), até junho de 2019.

## **5. MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL**

### **A. Laboratórios**

*Novos laboratórios em São Bernardo do Campo, Taubaté, Sorocaba, Campinas e ampliação e modernização dos laboratórios da sede.*

Status: Em 2017 foi inaugurado o Laboratório de Emissões Veiculares a Diesel e estão em andamento as obras para São Bernardo, Sorocaba, Campinas, Taubaté e Sede.

Ações previstas:

- São Bernardo: aguarda CPTM para andamento da obra do laboratório de Emissões Veiculares;

- Sede: (1) Química Orgânica: ampliação do laboratório no Prédio 5 para determinação de poluentes orgânicos persistentes (POPs) da Convenção de Estocolmo, incluindo a aquisição de um novo GCMS/HR. Conclusão da reforma foi postergada (início da operação do laboratório em outubro de 2018); e (2) Química Inorgânica: instalação do espectrômetro de fluorescência para mercúrio e operacionalização prevista para o 2º semestre de 2018, o que permitirá a ampliação da capacidade analítica para detecção de mercúrio total e a especificação de metil-mercúrio;
- Para o ano de 2018, serão concluídas as obras em Sorocaba com recursos do FEHIDRO e Campinas com recursos próprios;
- Com recursos obtidos junto ao FEHIDRO, as obras para as novas instalações do laboratório de Taubaté em prédio cedido pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), adequação da Agência Ambiental da CETESB e três coordenadorias da SMA foram iniciadas em agosto de 2018. O Novo Laboratório deverá ser entregue no final do segundo semestre de 2018 e as demais instalações – SMA e Agência Ambiental da CETESB em 2019.

#### **B. Estações Automáticas de Medição de Qualidade do Ar**

*Rede conta atualmente com 62 Estações Automáticas de Medição de Qualidade do Ar.*

##### Status:

- Aquisição de 3 estações de monitoramento da qualidade do ar;
- Serviços de infraestrutura civil para instalação das três estações de monitoramento da qualidade do ar em fase de contratação pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER/SP);
- Reforma de 13 estações de monitoramento de qualidade instaladas na RMSP, com os trabalhos já concluídos em nove estações.

##### Ações previstas:

- Contratação dos serviços de infraestrutura civil para instalação das 3 estações de monitoramento da qualidade do ar;
- Instalação das 3 estações de monitoramento da qualidade do ar em Limeira, Rio Claro e São Sebastião (até o final de 2018);
- Conclusão da reforma das 4 estações restantes de monitoramento de qualidade instaladas na RMSP em 2019.

#### **C. Estações Automáticas de Medição de Qualidade da Água**

*Rede Automática dedica-se à avaliação da qualidade da água dos mananciais da RMSP, bem como nas Bacias do Tietê, Piracicaba e Paraíba do Sul.*

Status:

- A rede é composta por 15 estações automáticas, tendo sido instalada a Estação Taiacupeba em abril de 2018.

Ações previstas:

- Implantação em andamento de 2 novas estações de monitoramento da qualidade da água: Caulim e Ribeirão Pires, com previsão de início de operação até o final de 2018;
- Remodelação por medição com sondas multiparamétricas de 3 estações da Rede Automática (Rasgão e Laranjal Paulista em 2018 e Piracicaba em 2019).

**D. Rede de Monitoramento Integrado de Qualidade e Quantidade de Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo**

Status: A rede de monitoramento integrado de qualidade e quantidade de águas subterrâneas do Estado de São Paulo conta atualmente com 48 pontos.

Ações previstas: Os 10 novos poços serão amostrados no segundo semestre de 2018.

### III - ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### 1. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO (ZEE)

*Instrumento de ordenamento e gestão territorial que visa apoiar o licenciamento e a fiscalização ambiental, dar suporte à integração das Políticas Setoriais, e orientar os investimentos públicos e privados.*

Status:

- Elaboração de 3 relatórios técnicos resultantes da parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) para organização da base de dados socioeconômicos e de infraestrutura do ZEE-SP;
- Início do contrato de consultoria pessoa física para desenvolvimento de proposta metodológica aplicada ao ZEE-SP;
- Início do contrato de consultoria pessoa jurídica para realização de estudos de dinâmica social, econômica, ambiental e em geoprocessamento e suporte à construção da proposta de ZEE-SP;
- Início do contrato de consultoria para Complementação e Ampliação do DATAGEO para o projeto ZEE-SP;
- Desenvolvimento de estudo piloto para identificação de serviços ecossistêmicos na região do contínuo Cantareira;
- Desenvolvimento do exercício de aplicação do conceito de Serviços Ecossistêmicos para o ZEE-SP;
- Finalizado material para capacitação dos membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica sobre o instrumento ZEE;
- Articulações com as Secretarias de Estado e Comitês de Bacia Hidrográfica em andamento;
- Atualização contínua de um portal eletrônico com as informações do ZEE-SP (Portal ZEE);
- Reuniões de aprimoramento de diagnóstico nos Comitês de Bacia (10 reuniões realizadas, havendo previsão de mais 2 até final de outubro de 2018);
- Sobre o Zoneamento Ambiental Minerário, destaque para a criação de um Grupo de Trabalho por meio de Resolução Conjunta SMA/SEM/SSRH, que visa a revisão e adequação do zoneamento estabelecido na Resolução SMA 28/99 às novas diretrizes e normas legais vigentes.

#### Ações previstas:

- Atualização do mapa de cobertura da terra, para compor documento zero, base para o monitoramento do ZEE;
- Articulação com atores externos, montagem da Comissão Técnica Estadual do ZEE-SP (CEZEE-SP) e organização das Mesas de Diálogo: fórum cidadão, fórum setorial, fórum de universidades e institutos de pesquisa – previstas para 2018;
- Complementação e ampliação do Datageo para o projeto ZEE-SP;
- Desenvolvimento da etapa de Prognóstico, que abrange a construção de cenários e das unidades de intervenção que considerem as potencialidades e fragilidades naturais e socioeconômicas – previsto para 2018;
- Visando o apoio aos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUI), em parceria com Casa Civil/Emplasa, a CPLA, com base em articulação com os demais órgãos e entidades do Sistema Ambiental Paulista (CBRN, CFA, Instituto Geológico, Instituto Florestal, Fundação Florestal e CETESB), vem atuando em todas as Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas, fortalecendo a agenda ambiental dos planos e acompanhando o macrozoneamento para garantir uma sintonia dos mesmos com os instrumentos ambientais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em especial o ZEE-SP.

## **2. PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL**

*Programa Município VerdeAzul (PMVA) tem o propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com base na descentralização e valorização da agenda ambiental dos Municípios.*

#### Status:

- Com 600 municípios com interlocutores cadastrados no PMVA, foram apresentados 374 relatórios na primeira pré-certificação de 2017, realizada em Mogi das Cruzes em 8 de junho de 2017. Destes, 129 municípios foram pré-certificados. Para a segunda pré-certificação, 369 municípios encaminharam os relatórios, sendo que 108 municípios foram pré-certificados em Rio Claro no dia 22/09/2017. Por fim, 390 municípios enviaram os relatórios para a certificação final, sendo que 54 foram certificados no dia 13/12/2017;
- De setembro a dezembro de 2017 foram realizados 5 Ambientes Móveis (Alvinlândia, Itajobi, Pradópolis, Barueri e Itu). No mesmo período foram realizadas 4 Tira-Dúvidas,

todas na sede da SMA, e 13 capacitações microrregionais (Escola Superior da CETESB; Lins; duas na SMA; Itapeva; Barra Bonita; Clementina; Santa Rita do Passa Quatro; Rio Preto; Apiaí; Capão Bonito; Macatuba e Rubinéia);

- Em 2018:
  - Realizados: (1) 6 Ambientes Móveis (Presidente Prudente, Araçatuba, Guarujá, Itapetininga, Mogi das Cruzes e Salto); (2) 17 Tira-Dúvidas presenciais (realizadas de acordo com a demanda dos municípios, todas às quartas-feiras) e 10 Tira-Dúvidas por Videoconferência; (3) 10 Capacitações Regionais (Jaboticabal, São Simão, Embaúba, São Carlos, Paraguaçu-Paulista, Capão Bonito, Itanhaém, Campinas, Martinópolis e Magda); (4) 51 Capacitações microrregionais; (5) 1 Palestra sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) com Dr. Germano Seara Filho, com a presença de 165 participantes; (6) 6 capacitações por Videoconferência com a participação de 308 interlocutores; e (7) 20 Palestras sobre “Princípios de Poda na Arborização Urbana”, com a participação de 619 pessoas;
  - Publicação da Resolução SMA 33/2018, que *“Estabelece procedimentos operacionais de avaliação da Qualificação para a Certificação no âmbito do Programa Município VerdeAzul – PMVA”*;
  - Assinatura do protocolo de intenções com a Poli-USP, visando à conjugação de esforços para viabilizar avaliação das gestões ambientais pelos municípios paulistas, por meio de indicadores de sustentabilidade;
  - 12 Fábricas de Educação Ambiental em parceria com a Coordenadoria de Educação Ambiental e Fundação Florestal (Jaboticabal, São Simão, Embaúba, São Carlos, Paraguaçu-Paulista, Capão Bonito, Itanhaém, Campinas, Martinópolis, Magda, Pedregulho e Embaúba);
  - Checagem em 9 municípios participantes do PMVA (São Pedro do Turvo, Iacanga, Pradópolis, Itaquaquecetuba, Nova Odessa, Salto, Mogi das Cruzes, Vinhedo e Novo Horizonte);
  - Apresentação do PMVA nas universidades e escolas técnicas (Unicamp-campus Limeira, ETEC Menucci, ETEC de Ilha Solteira, Universidade Anhembí Morumbi e SENAC – Unidade Santo Amaro);
  - 607 municípios com interlocutores cadastrados no PMVA em 2018, com a apresentação de 368 relatórios na Qualificação para a Certificação – sendo que destes 161 estão qualificados para serem certificados;

- Foi aberto prazo para entrega dos Relatórios Finais – que se encerra no dia 01/10/2018.

Ações previstas:

- Realização de capacitações em diversos municípios do estado de São Paulo;
- Realização de Tira-Dúvidas e Capacitações por Videoconferências;
- Realização de Palestra sobre Conselhos Ambientais para os interlocutores;
- Realização de evento para certificação em dezembro de 2018 (pendente a definição do local e da data);
- Assinatura de Protocolos de Intenções com a USP e a UNESP;
- Publicação sobre Arborização Urbana;
- Tira-Dúvidas todas as quartas-feiras na SMA, mediante agendamento prévio;
- Evento com a temática "Marco Legal Ambiental Municipal, Congresso Paulista Arborização Urbana, Workshop de Coleta Seletiva e Fábrica de Educação Ambiental" (pendente a definição do local e da data);
- Divulgação do PMVA nas Universidades;
- Publicação sobre o Programa Município VerdeAzul desde sua criação.

### **3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)**

#### **A. Regulamentação da Política Estadual de Educação Ambiental**

*Comissão composta por representantes do poder público (das três esferas) e da sociedade civil (com atuação em Educação Ambiental) com atribuições de: (1) participar da elaboração, implantação, monitoramento, avaliação e revisão do Programa Estadual de Educação Ambiental; (2) propor aos órgãos de coordenação temas e questões que demandam atenção de políticas de Educação Ambiental no Estado de São Paulo; (3) definir estratégias e orientações para a formulação, a implementação, o acompanhamento e a avaliação de políticas de Educação Ambiental no Estado de São Paulo; (4) proporcionar espaços de diálogo ampliados para participação dos diversos segmentos da sociedade civil, dos órgãos governamentais, das diferentes esferas administrativas e regiões do estado, com o objetivo de subsidiar os seus trabalhos; e (5) manifestar-se sobre assuntos submetidos a sua apreciação pelas Secretarias de Estado da Educação e do Meio Ambiente.*

Status:

- Publicação do Decreto 63.456/2018, que regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei 12.780, de 30 de novembro de 2007, e institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA);
- Elaboração de minuta de resolução conjunta SMA/SEE para estabelecer procedimentos e critérios para preenchimento das vagas e encaminhamento para a SEE.

Ações previstas:

- Elaboração e publicação de edital para preenchimento de vagas da sociedade civil e dos comitês de bacia hidrográfica;
- Instalação da CIEA;
- Desenvolvimento de ação (Circulando a EA no estado de São Paulo), visando conceber metodologia para “espaços de diálogo” vinculado à CIEA, em atendimento ao decreto de sua instituição.

**B. Capacitação e Informação para Educação Ambiental**

**a) Circulando a Educação Ambiental pelo Estado de São Paulo**

*Espaços de encontros, trocas de experiências e formação de redes de agentes que pensam, pesquisam e atuam em Educação Ambiental. Visa subsidiar a atuação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) no cumprimento de suas atribuições*

Status:

- Primeira edição do Circulando (Baixada Santista) com característica de fórum, que resultou em documentação dos temas que demandam maior atenção das políticas públicas em Educação Ambiental – o documento será encaminhado à CIEA quando essa Comissão estiver implantada;
- Segunda edição do Circulando (Vale do Ribeira, Iguape e Litoral Sul).

Ação prevista: Apresentação do método e técnicas utilizadas à CIEA, para definição de formas de atendimento ao disposto no decreto de sua criação.

**b) Página Virtual de Educação Ambiental**

*Desenvolvimento de canal de comunicação interativo com os cidadãos, oferecendo informações específicas sobre os diversos temas ambientais (exemplos: o que pode ou não ser reciclado, que ações podem ser realizadas para contribuir com a preservação do meio ambiente, quais os espaços de participação social, como conselhos, etc.), disponibilizando cursos rápidos em plataforma EAD, e divulgando atividades oferecidas diretamente à sociedade pelo Sistema Ambiental Paulista, municípios e instituições parceiras.*

Status: Em processo de planejamento e articulação com Assessoria de Comunicação (ACOM) e outros atores.

Ações previstas:

- Estabelecimento de formato e conteúdos;
- Desenvolvimento e lançamento ao público.

### **c) Distribuição de publicações**

*Disponibilização de publicações com variados temas na área ambiental, para bibliotecas e Centros Municipais de Educação Ambiental de prefeituras e instituições da sociedade civil por meio de download no site da SMA e em meio impresso.*

Status: No 1º semestre de 2018 foram distribuídas 2.935 publicações em temas variados, sendo que em atendimento à legislação eleitoral os conteúdos ficaram indisponíveis a partir de 7 de julho de 2018 até este momento.

Ações previstas: Distribuição de material impresso.

### **d) Mostra Ecofalante**

*Ação que tem como objetivo promover discussões sobre as questões ambientais a partir de perspectivas que colaborem para a atualização de conhecimento do corpo técnico do Sistema Ambiental Paulista.*

Status: Exibição de 8 filmes da Mostra Ecofalante e realização de debates:

- "É Hora de Decidir", de Charles Ferguson;
- "O Custo do Transporte Global", de Denis Delestrac;
- "Espólio da Terra", de Kurt Langbein;
- "Cheirando Mal", de Jon J. Whelan;
- "Até o Fim da Terra", de David Lavallée;
- "Doce Mentira - Fala sobre Indústria e Problemática do Consumo de Açúcar", de Michele Hozer;
- "Malditas Barragens", de Travis Rummes e Bem Knight;
- "Ser Tão Velho Cerrado", de André D'Elia.

Ações previstas: Exibição de mais 2 filmes até o final do ano.

#### **e) Projeto Verão no Clima**

*Como uma ação de educação ambiental, o Projeto Verão no Clima tem como estratégia atuar diretamente junto aos cidadãos, buscando estimular a mudança do hábito do descarte e acúmulo de lixo nas áreas de recreação, o que acarreta sérios problemas de saúde pública, atraindo inúmeros vetores de graves doenças e causando sérios impactos ambientais, especialmente nos ambientes costeiros.*

##### Status:

- O Projeto Verão no Clima 2017-2018 buscou contribuir para a diminuição do acúmulo do lixo depositado nas áreas de veraneio e lazer que atraem alta concentração de público, especialmente durante o período das férias de verão. Ao fornecer aos veranistas informações sobre o meio ambiente, procurou-se estimular a corresponsabilidade na proteção ambiental por meio de sua participação;
- O Projeto Verão no Clima 2017-2018 reuniu parceiros e recursos, agregando prefeituras, empresários, população local e organizações não governamentais. As metas estipuladas foram: atingir os 16 municípios litorâneos do estado de São Paulo com ações presenciais nas praias mais frequentadas, sendo pelo menos uma praia em cada um, e atingir a população paulista por meio de ações virtuais nas redes sociais e meios de comunicação para divulgação das mensagens alusivas ao Projeto, buscando estimular a mudança de comportamento em todo o território do estado. As metas foram amplamente atingidas e os resultados apontaram ótima aceitação e aderência do público e parceiros, atingindo diretamente mais de 1.300.000 pessoas no período de 21/12/2017 a 14/02/2018;
- Realizado planejamento para campanha do Verão 2018/2019, agendada para o período de 02/12/2018 a 10/03/2019.

##### Ações previstas:

- Articulações com parceiros e início da campanha do Verão 2018/2019;
- Realização de seminário sobre Plástico no Oceano em dezembro

#### **f) Formação em Educação Ambiental para Professores da Escola Básica**

*Desenvolvimento de programa de formação continuada de educadores da rede estadual de ensino e de processo participativo junto à rede de ensino para colher subsídios para elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental, contribuindo para a atuação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) no cumprimento de suas atribuições, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEE).*

Status:

- Minuta de Termo de Cooperação com a SEE e respectivo Plano de Trabalho em fase de conclusão;
- Aguardando informações da SEE para revisão da primeira edição do curso EaD, realizado em 2012.

Ações previstas:

- Assinatura do Termo de Cooperação e designação de equipe conjunta SEE/SMA para atuar no desenvolvimento do Programa – previstas para outubro/2018;
- Realização dos trabalhos preliminares de planejamento para 2019;
- Revisão e readequação do curso EaD realizado em 2012.

**g) Convênio SMA e Conselho de Arquitetura e Urbanismo/SP (CAU)**

*Publicação do Caderno de Apoio para Profissionais sobre “Instrumentos de Planejamento, Licenciamento e Gestão Ambiental no Estado de São Paulo”, que tem como objetivo contribuir para o trabalho dos arquitetos e urbanistas, empresários, profissionais e gestores públicos com atuação em Meio Ambiente, integrando as ações à implementação das políticas públicas em meio ambiente.*

Status: Publicação do Caderno de Apoio para Profissionais em versão digital – disponível *on-line*.

Ações previstas: Atualização anual do Caderno.

**h) Formação e Capacitação Continuada em Políticas Públicas em Meio Ambiente e Educação Ambiental**

*Ação permanente de formação e capacitação em políticas públicas em meio ambiente e educação ambiental.*

Status:

- Reuniões de articulação para viabilização de parcerias ou financiamento para execução de projeto e planejamento para encontros formativos;
- Capacitações sobre Educação Ambiental em parceria com o Programa Município VerdeAzul;
- Desenvolvimento de curso em formato EaD para contribuir com a formação de gestores e conselheiros ambientais municipais;
- Minutas de Resolução que cria a formação continuada, de portaria que institui projeto do curso EaD e de termo de cooperação com a Escola de Gestão e Administração Pública

(EGAP), vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão, com a finalidade de acessar os recursos e *expertise* da EGAP no desenvolvimento de cursos a distância.

Ações previstas:

- Desenvolvimento de projeto de curso EaD de Formação e Capacitação para Gestores e Conselheiros Ambientais Municipais;
- Capacitação de gestores (EaD);
- Encontros formativos para promover trocas de experiências entre os municípios.

**i) Diálogos de Educação Ambiental nos Instrumentos da Política de Meio Ambiente**

*Apresentações de órgãos que operam os diferentes instrumentos de política ambiental no SAP, expondo o que se faz em termos de gestão ambiental e como a EA é integrada às diferentes estratégias de realização da Política de Meio Ambiente no estado de São Paulo. O público é composto pelos profissionais do SAP e também por interessados na temática (que podem ser atendidos presencialmente e a distância, a partir do registro dos diálogos).*

Status:

- Criação de Grupo de Trabalho (GT) com integrantes do Comitê de Integração de EA e desenvolvimento de projeto com cronograma de realização dos encontros;
- Realização de duas edições dos Diálogos em 2018 (Indução de Políticas Municipais de Meio Ambiente e Fiscalização Ambiental).

Ações previstas:

- Elaboração de diretrizes de Educação Ambiental nos instrumentos tratados nos Diálogos já realizados;
- Preparação e organização da terceira edição em 2018: Formação em Educação Ambiental.

**j) Educação Ambiental na Fiscalização Ambiental**

*Desenvolvimento da perspectiva preventiva na estratégia de fiscalização ambiental.*

Status:

- Desenvolvimento de metodologia em conjunto com CFA para trabalhos junto aos Conselhos Gestores de UC e de Meio Ambiente municipais, visando reduzir pressões;
- Aguardando demandas dos órgãos gestores para implantação da Formação Socioambiental em UC;

- Em elaboração minuta que institui plano de ações preventivas em fiscalização ambiental, contemplando mais duas linhas de trabalho, além da redução de pressões a bens ambientais: reeducação de infratores e formação continuada de agentes de conciliação;
- Proposição de módulo sobre ações preventivas em fiscalização em capacitação a ser realizada pela FF para gestores;
- Publicação da Resolução SMA n 123/2018 que cria Plano de Ações Preventivas na Fiscalização, em conjunto com a CFA.

Ações previstas:

- Desenvolvimento de propostas de formação continuada de agentes de conciliação e incorporação de ações formativas de agentes de fiscalização.

#### **4. PARCERIAS COM SETORES PRODUTIVOS E OUTRAS SECRETARIAS**

##### **A. Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético**

*Parceria inédita entre o Estado de São Paulo, por meio da SMA e SAA, e o Setor Sucroenergético, representado pela União da Indústria da Cana de Açúcar (UNICA) e pela Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), com o objetivo de criar mecanismos para estimular e consolidar o desenvolvimento sustentável da produção e da indústria da cana no estado de São Paulo. O compromisso das usinas e associações de fornecedores de cana com a sustentabilidade de sua produção é reconhecida através do Certificado Etanol Verde, renovado anualmente à vista do atendimento das Diretrizes da parceria.*

Status:

- Protocolo Etanol Verde, vigente entre 2007 e 2017:
  - Desde o início do Protocolo se deixou de emitir autorizações de queima que resultariam na emissão de mais de 9,27 milhões de tonelada de CO<sub>2</sub> eq e mais de 56 milhões de toneladas de poluentes atmosféricos;
  - Redução no consumo de água pelas usinas de 5m<sup>3</sup>/tonelada de cana processada nos anos 90 para 0,96 m<sup>3</sup>/tonelada de cana processada na safra 2017/2018;
  - Cerca de 211 mil hectares de áreas ciliares, incluindo mais de 6.850 nascentes, estiveram compromissados com a proteção e restauração pelas signatárias na safra 2017/2018;
  - Desde o início do Protocolo, as usinas signatárias realizaram o plantio de cerca de 38 milhões de mudas de espécies nativas;

- Na safra 2017/2018, as usinas signatárias, com cerca de 5,3 MW de potência instalada, realizaram co-geração com a biomassa do bagaço e da palha da cana-de-açúcar, resultando na produção de mais de 24 mil GWh de energia elétrica e na exportação de mais de 13,8 mil GWh, quantidade suficiente para atender a 36% do consumo residencial paulista;
- Assinatura de Novo Protocolo, denominado “Etanol Mais Verde”, em junho de 2017 entre a UNICA, ORPLANA, SMA, SAA E CETESB, com um plano de Diretivas Técnicas para dirigir esforços para o enfrentamento dos desafios trazidos pela mecanização da colheita, e para fomentar a restauração florestal das áreas ciliares das propriedades canavieiras:
  - Publicação da Regulamentação das Diretivas Técnicas e dos procedimentos para acompanhamento das ações das usinas e fornecedores de cada signatários do Protocolo (Resolução Conjunta SAA/SMA 3/2018);
  - Adesão de 120 usinas e 14 associações de fornecedores de cana, estando em elaboração os Planos de Ação pelas signatárias.

Ações previstas:

- Contribuições para o GT Polinizadores;
- Análise dos 134 Planos de Ação das signatárias, a partir de outubro de 2018;
- Participação em reuniões técnicas com as signatárias para esclarecimentos de dúvidas e procedimentos sobre o Protocolo;
- Participação em reuniões técnicas do Grupo Executivo do Protocolo;
- Emissão dos Certificados Etanol Mais Verde para as signatárias que estiverem de acordo com os compromissos assumidos com o Protocolo.

**B. Protocolo para Transição Agroecológica e Estímulo à Produção Orgânica**

*Parceria entre o Estado de São Paulo, por meio da SMA e SAA, a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e o Instituto Kairós, que tem como objetivo viabilizar ações voltadas ao estímulo para a transição agroecológica e à produção orgânica nas propriedades rurais, urbanas e periurbanas do estado de São Paulo, com vistas a promover a adoção de práticas agrícolas sustentáveis por agricultores, promover o uso sustentável dos recursos naturais e incrementar a produção, oferta e consumo de alimentos saudáveis.*

Status: Protocolo foi assinado em maio de 2016, com desenvolvimento de diversas atividades, destacando-se:

- Ações de sensibilização e mobilização da sociedade para a importância da produção e consumo sustentáveis;

- Cursos e capacitações sobre as práticas para a transição agroecológica, agricultura urbana e adequação ambiental dos imóveis com atividade rural;
- Estímulo para acesso a mercados, por meio da divulgação do processo de transição ecológica em feiras de produtos e em grandes eventos do setor orgânico, como *BioBrazil Fair*, Festival da Gastronomia Orgânica, evento na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, evento na Câmara dos Deputados, etc.;
- Produção de conteúdo para materiais educativos;
- Inserção de produtos orgânicos e em transição ecológica nos mecanismos de compras públicas;
- Mais de 70 agricultores aderiram voluntariamente ao Protocolo, por meio de parcerias dos órgãos signatários do Protocolo com Cooperativa e as Prefeituras de São Paulo e da Estância Turística de São Roque. Destes agricultores, 36 têm Planos de Transição aprovados e com certificados emitidos;
- Participação na construção da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) em conjunto com a Frente Parlamentar de Agroecologia, tendo como resultado a aprovação e sanção da Lei 16.684, de 20 de março de 2018.

Ações previstas:

- Desenvolvimento de atividades para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, por meio de diversas iniciativas, visando viabilizar a transição ecológica por meio da agregação de valor aos produtos;
- Acompanhamento do atendimento das diretrizes para emissão do certificado;
- Capacitação da Extensão Rural para formação em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Agroecológica;
- Divulgação do processo de transição agroecológica e feira de produtos em grandes eventos do setor orgânico com o intuito de estimular acesso a mercados;
- Organização de Rodas de Conversa sobre assuntos pertinentes ao tema;
- Apresentação de Palestras e participação em eventos relacionados.

### **C. Câmara Ambiental**

*Colegiados constituídos no âmbito da CETESB, de caráter propositivo e consultivo, que têm como meta promover a melhoria da qualidade ambiental por meio da interação permanente entre o poder público e os setores produtivos e de infraestrutura do Estado.*

Status: Atualmente, encontram-se em funcionamento 8 (oito) Câmaras Ambientais:

- Comércio de Derivados de Petróleo;

- Indústria da Construção;
- Indústria de Couros, Peles, Assemelhados e Calçados;
- Setor de Abate, Frigorífico e Graxaria;
- Setor de Madeira, do Mobiliário e de Papel e Celulose;
- Setor de Mineração;
- Setor de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento;
- Setor Sucroenergético.

Ações previstas:

- Comércio de Derivados de Petróleo: cadastramento de Pontos de Abastecimento e definição de procedimento de convocação e licenciamento (Pontos de Abastecimento, dispositivos com instalações aéreas ou enterradas com capacidade total de armazenagem de 15 m<sup>3</sup> ou superior, que atendem frotas de veículos móveis);
- Indústria da Construção: revisão das Resoluções SMA 81/98 e SMA 30/00;
- Indústria de Couros, Peles, Assemelhados e Calçados: certificação de Qualidade, a adoção de um Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Calçadista (PGIRC) que determinará uma sistemática da destinação correta dos resíduos;
- Setor de Mineração: revisão das Normas Técnicas CETESB D7.011/90 - Mineração por Desmonte Hidráulico e D7.012/90 - Mineração por Escavação;
- Setor de Madeira, do Mobiliário e de Papel e Celulose: equacionamento dos resíduos gerados pelo setor produtivo, proposição de segregação, classificação, reuso e destinação;
- Setor de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento: destinação correta dos fluidos refrigerantes, destinação de cilindros descartáveis e boas práticas;
- Setor Sucroenergético: implantação da rede de amostragem da qualidade das águas subterrâneas em áreas de aplicação de vinhaça em andamento;
- Setor da Indústria Têxtil: reativação depende de reunião plenária prevista para outubro de 2018.

## **5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SERRA DA MANTIQUEIRA**

*Proposição de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento social, econômico sustentável e à conservação da biodiversidade na região da Serra da Mantiqueira. Inicialmente estão sendo propostas ações para os municípios de Cruzeiro, Guaratinguetá, Lavrinhas, Pindamonhangaba, Piquete e Queluz.*

#### Status:

- Em 2017, foram realizadas: (1) 6 reuniões ordinárias, sendo uma delas na região da Mantiqueira; (2) 6 reuniões de articulação com os prefeitos municipais das cidades de interesse; (3) 3 reuniões das equipes regionais, com representantes locais, gerando uma compilação de resultados; e (4) 21 reuniões com outros órgãos e entidades atuantes na região, abordando a importância da participação e colaboração destes no desenvolvimento sustentável;
- Fortalecimento da articulação com as demais Secretarias de Estado e Sindicatos;
- Revisão da Resolução de criação do Grupo, com a ampliação do quadro de membros, incluindo representantes das prefeituras;
- Realização do Seminário sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN);
- Elaboração do Termo de Referência e levantamento de custos para Mapeamento Regional;
- Em 2018, foram realizadas 3 reuniões ordinárias;
- Realização do “1º Encontro do Grupo de Trabalho Serra da Mantiqueira”, em maio de 2018 no município de Piquete;
- Criação do SubGT Corta Fogo, em 17/07/2018, tendo ocorrido a primeira reunião.

#### Ações previstas:

- Elaboração de projeto para a criação do Fórum Paulista Permanente de Discussão sobre a Serra da Mantiqueira;
- Negociação de recursos para o Mapeamento Regional junto à Agência de Bacia do Vale do Paraíba (AGEVAP);
- Planejamento do Seminário sobre Parcelamento de Solo;
- Realização de mais uma Reunião Ordinária até o final do ano;
- Realização de 6 reuniões do SubGT Corta Fogo com prefeitos – agendadas para outubro.

## **6. GERENCIAMENTO COSTEIRO (GERCO)**

*Política estadual elaborada com o objetivo de disciplinar e racionalizar a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira paulista (4 setores costeiros, 36 municípios), visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção dos ecossistemas e da paisagem natural. Pautada no desenvolvimento de 5 instrumentos de gerenciamento: ZEE, sistema de informações, planos de ação e gestão, controle e monitoramento.*

#### Status:

- Zoneamento Ecológico Econômico vigente na Baixada Santista (Decreto Estadual 58.996/2013);
- Publicação do Decreto Estadual 62.913/2017, que revisa o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte;
- Discussões do ZEE paralisadas no Vale do Ribeira desde 2014 com o CODIVAR, que solicitou necessidade de rediscussão prévia do Mosaico do Jacupiranga (MOJAC), e com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT);
- Discussões do ZEE interrompidas em 2013 no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape e Cananéia, quando a prefeitura de Ilha Comprida solicitou discussão prévia do Plano de Manejo da APA da Ilha Comprida;
- Após apresentação de nova proposta do Plano de Manejo da APA da Ilha Comprida pela Fundação Florestal, a Prefeitura solicitou tempo para análise.

#### Ações previstas:

- Promover eleições da sociedade civil nos setores costeiros do Litoral Norte, Vale do Ribeira e Complexo Estuarino Lagunar de Iguape e Cananéia;
- Finalizar discussões sobre o Plano de Manejo da APA da Ilha Comprida, para viabilizar retomada das discussões do ZEE no setor costeiro do Complexo Estuarino;
- Iniciar tratativas políticas junto ao CODIVAR, para avaliar viabilidade de retomada das discussões do ZEE no Vale do Ribeira; e
- Iniciar desenvolvimento dos demais instrumentos de gerenciamento costeiro junto aos grupos setoriais: Plano de Ação e Gestão (setores costeiros do Litoral Norte e Baixada Santista) e Monitoramento/Sistema de Informações (todos os setores costeiros).

## **7. AÇÃO NOS MANANCIASIS METROPOLITANOS**

#### Status:

- Leis de mananciais publicadas: APRM do Alto Juquery – Lei Estadual 15.790/2015, APRM do Alto Tietê Cabeceiras – Lei Estadual 15.913/2015 e a regulamentação da APRM do Alto Cotia - Lei Estadual 16.568/2017;
- Publicação da Resolução SMA 21/2017, disciplinando o licenciamento ambiental de Programas de Recuperação de Interesse Social (PRIS) e projetos de Habitação de Interesse Social (HIS);

- Criação do Portal Mananciais para suporte aos municípios e empreendedores;
- Convênio vigente entre o Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de São Paulo – Operação Integrada Defesa das Águas (OIDA);
- Acompanhamento da elaboração, pela SSRH, dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) para gestão das APRMs;
- Instituído o Comitê de Integração de Apoio às Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia do Alto Tietê pela Resolução SMA 28/2018, composto pelo Gabinete, CPLA, CETESB, CEA, CFA e Polícia Militar Ambiental, para fins de integrar as ações interna no Sistema Ambiental Paulista e promover a exequibilidades das conexões externas no âmbito do Estado e da sociedade.

Ações previstas:

- Capacitação das prefeituras para aplicação da Resolução SMA 21/2017: novos procedimentos para licenciamento ambiental das ações contidas nos Programas de Recuperação de Interesse Social (PRIS), com elevada precariedade e comprometimento da qualidade das águas;
- Melhoramento da integração entre Estado e municípios na gestão das APRMs com repasse de atividades de licenciamento ambiental, compatibilizando instrumentos de caráter local e regional, para gestão compartilhada da ocupação e promover uma governança integrada de todos os órgãos envolvidos no território das APRMs, inclusive com áreas piloto;
- Acompanhamento da elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) para as Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs) da Região Metropolitana de São Paulo, realizado sob a coordenação da SSRH;
- Acompanhamento e promoção da gestão integrada nas novas APRMs, por meio da aplicação da Lei Estadual 9.866/97, para aumento da segurança hídrica da macrometrópole (Guaió, Juquiá e Jaguari), e regulamentação da Lei Estadual 16.568/2017;
- Retomada dos trabalhos para finalização de Resolução SMA para implementação do Grupo de Fiscalização Integrada das APRMs vigentes, em conjunto com os municípios envolvidos, baseado nas leis específicas e em modelo semelhante ao Convênio estabelecido entre o município de São Paulo e o Estado de São Paulo, desde 2005 e renovado em 2015, instituindo a Operação Integrada Defesa das Águas - OIDA;
- Revisão e ajustes da cartografia das APRMs no DATAGEO em conjunto com regionais metropolitanas da CETESB e capacitação dos municípios para uso da ferramenta;

- Promoção de ações articuladas de Educação Ambiental junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas e a todos os órgãos envolvidos com educação;
- Compatibilização da Lei Federal 13.465/2017 que versa sobre a regularização fundiária urbana e rural com as leis de mananciais;
- Contribuição para o aumento da segurança hídrica no Estado de São Paulo mediante a implantação dos instrumentos de planejamento e gestão da Política das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs) em outras regiões, a exemplo do que já ocorre no Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ), no qual a Agência de Bacia do PCJ vêm desenvolvendo ações para implantação de APRMs para a proteção e recuperação dos mananciais de interesse regional;
- Colaboração na estruturação da Fundação Agência de Bacia do Alto Tietê, responsável pela aplicação das leis específicas, órgão técnico das APRMs, bem como promover a utilização de 50% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água nos mananciais da Bacia do Alto Tietê (Lei 12.183/05);
- Desenvolvimento de plano de contingência para cianobactérias e cianotoxinas no Reservatório Guarapiranga;
- Desenvolvimento de plano de contingência para protozoários no manancial do Baixo Cotia;
- Estudos de mutagenicidade e poluentes emergentes em mananciais de abastecimento;
- Promulgação da Resolução de Compatibilização dos Planos Diretores Municipais com Leis Específicas de Mananciais.

## **8. RECURSOS HÍDRICOS: COMITÊS DE BACIA E PROJETOS FEHIDRO**

*De acordo com Lei 7663/1991, os órgãos e entidades da administração direta e indireta cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso dos recursos hídricos, a proteção do meio ambiente, o planejamento estratégico e a gestão financeira do Estado compõem os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH e Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs). Dessa forma, a SMA e a CETESB participam nesses colegiados desde sua criação, atuando nas secretarias executivas e nas câmaras técnicas dos CBHs.*

*Órgãos do Sistema Ambiental Paulista atuam no âmbito do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos com função de avaliar a viabilidade técnica e o custo dos empreendimentos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.*

#### Status:

- Em 2016, 125 projetos foram contratados (contrato FEHIDRO) após análise dos agentes técnicos, no valor de R\$ 78,7 milhões de reais (distribuídos entre os segmentos: Prefeituras - R\$ 66,4 milhões, Sociedade Civil - R\$ 6,4 milhões e Estado - R\$ 5,9 milhões). CETESB: analisou 97 projetos contratados, destes 95% foram contratos FEHIDRO com Prefeituras envolvendo empreendimentos de abastecimento de água e coleta/tratamento de esgoto;
- Em 2017, a CETESB analisou 72 projetos contratados pelo FEHIDRO, no valor de R\$ 48,2 milhões, sendo que 96% destes contratos foram com Prefeituras envolvendo empreendimentos de saneamento básico. Além disso, atuou em câmaras técnicas e grupos de trabalho dos 21 CBHs, bem como nas secretarias executivas dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT), do Mogi-Guaçu (CBH-MOGI) e do Litoral Norte (CBH-LN);
- Em 2018, a CETESB vem atuando em câmaras técnicas e grupos de trabalho dos 21 CBHs, bem como nas secretarias executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT), do do Mogi-Guaçu (CBH-MOGI) e do Litoral Norte (CBH-LN). Os números dos projetos analisados serão consolidados no início de 2018;
- Balcão Único, por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, da Coordenadoria de Educação Ambiental, da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, do Instituto de Botânica, do Instituto Florestal e do Instituto Geológico, no período de 2016 a setembro/2018, analisou 56 projetos contratados, no valor de R\$ 15,9 milhões, sendo que 29% foram contratos FEHIDRO com Prefeituras, voltados à educação ambiental, à restauração ecológica, às águas subterrâneas e ao planejamento ambiental.

Ação prevista: Capacitação de agentes públicos municipais para elaboração de propostas a serem submetidas aos Comitês de Bacias Hidrográficas, visando captação de recursos FEHIDRO nos temas de competência do Sistema Ambiental Paulista enquanto Agente Técnico, com base nos roteiros metodológicos internos.

## **9. PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS E DE REDUÇÃO DE RISCOS GEOLÓGICOS**

*Área estratégica que tem como objetivo realizar pesquisa e ações voltadas à avaliação, mapeamento, monitoramento, capacitação e educação em percepção de risco e desastres, promovendo sua articulação com políticas públicas e a sua aplicação em benefício da sociedade.*

Status:

- Mapeamentos de Riscos a Processos Geodinâmicos realizados em 49 municípios da RMSP em escala local, incluindo, em 57 municípios, a análise em escala regional com base na abordagem integrada da paisagem (Projeto Transporte, Logística e Meio Ambiente - PTLMA/BIRD) – em andamento;
- Mapa de Perigos de Escorregamentos e Inundações do Estado de São Paulo elaborado e disponibilizado;
- Mapa de Vulnerabilidade de Áreas Residenciais-Comerciais-Serviços a Processos Geodinâmicos do Estado de São Paulo elaborado e disponibilizado;
- Avaliação de locais em risco e elaboração de pareceres técnicos (atividade contínua);
- Divulgação e educação em percepção de risco realizadas, visando principalmente a inclusão da temática nas escolas estaduais e a percepção de perigos e riscos geológicos voltados aos municípios;
- Participação no Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e Redução de Riscos Geológicos (PDN), no Comitê Deliberativo (secretários de estado) e no Grupo de Articulação de Ações Executivas (GAAE-PDN), com representação (SMA/CETESB) e como Secretaria Executiva (IG);
- Apoio técnico ao Plano Preventivo de Defesa Civil a escorregamentos (PPDC), conforme Termo de Cooperação Técnica com Casa Militar;
- Sistema Gerenciador sobre Riscos no Estado de São Paulo (SGI-RISCOS-IG) implantado e em operação;
- Cadastro de Eventos Geodinâmicos do Estado de São Paulo elaborado - atividade contínua de atualização;
- Elaboração de informação anual sobre indicadores de riscos de desastres, em atividade contínua, e suporte a diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC);
- Participação do Plano de Contingência do Polo Industrial de Cubatão;
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica IG/CEDEC- Casa Militar para apoio a planos preventivos de defesa civil - termo aditivo assinado em dezembro de 2017 com duração de um ano;
- Disponibilização do Cadastro de Eventos Geodinâmicos e Desastres do Estado de São Paulo, ano base 2017: banco de dados com as estatísticas de desastres do estado de São Paulo;
- Elaboração de Planos de Contingência no âmbito da Operação Corta Fogo para as Unidades de Conservação vulneráveis a incêndios florestais;

- Coprodução de Estratégias de Gerenciamento de Riscos de Deslizamento de Solos por meio do Desenvolvimento de Infraestrutura em Cidades Latino-Americanas, em parceria com *Heriot-Watt University, University of Edinburgh, Universidad Nacional de Colombia, Poli – USP, IG, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e British Academy*, com financiamento internacional;
- Projeto de análise da Resposta Morfodinâmica de Praias do Sudeste Brasileiro aos Efeitos da Elevação do Nível do Mar e Eventos Meteorológico-Oceanográficos Extremos até 2100, envolvendo IG, Instituto Oceanográfico (IO)/USP, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), *Bournemouth University (UK), Fundación Instituto de Hidraulica Ambiental de Cantabria (Espanha)*, e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
- Participação na Câmara Temática Metropolitana para Gestão dos Riscos Ambientais Urbanos, da RMS, para proposição de estrutura de governança interfederativa específica, com integração dos diferentes níveis de Poder Público em prol da gestão dos riscos ambientais urbanos. Inclui subsídio com mapas de vulnerabilidades, perigos e riscos geológicos.

Ações previstas:

- Realização de seminário anual de discussão de estratégias de redução de risco (novembro de 2018);
- Atualização tecnológica e manutenção do SGI-RISCOS- IG com recursos do BIRD prevista para outubro de 2018;
- Planejamento de ações para redução de riscos no âmbito da Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos (PDN) - em andamento;
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica IG/CEDEC- Casa Militar para apoio a planos preventivos de defesa civil - novo termo deverá ser assinado em novembro de 2018;
- Contratação de serviços para elaboração de planos de contingência frente a riscos de eventos geodinâmicos em trechos rodoviários das Unidades Básicas de Atendimento (UBAs) Caraguatatuba, Mogi das Cruzes e São Vicente – recursos BIRD;
- Formalização do Plano de Contingência do Polo Industrial de Cubatão, com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Defesa Civil;
- Disponibilização dos Mapas de Perigo, Vulnerabilidade e Risco a eventos geodinâmicos (escorregamento, inundação e erosão) do estado de São Paulo aplicado aos instrumentos Zoneamento Ecológico-Econômico, Planos de Manejo de Unidades de

Conservação e Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (julho a dezembro de 2018).

## 10. ACESSO A INFORMAÇÕES AMBIENTAIS ESTRATÉGICAS

### A. DATAGEO - Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais

*Geoportal DATAGEO é a porta de acesso de forma fácil, rápida e interativa aos diversos dados e informações territoriais e ambientais do Estado de São Paulo. O objetivo é estruturar, organizar e disponibilizar as bases de informações ambientais e territoriais do Sistema Ambiental Paulista por meio da construção de uma Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais (IDEA-SP).*

#### Status:

- Plataforma de acesso a diversas informações, destacando-se: base cartográfica do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC)/Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA) diretamente da fonte, bases temáticas, mapas geomorfológicos, pedológicos e outros, base de limites oficiais do estado de São Paulo, Redes de Monitoramento da Qualidade do Ar e da Água, zoneamentos da SMA e dados do SiCAR/SP e do Relatório da Qualidade Ambiental do Sistema Ambiental Paulista;
- Elaboração dos documentos para licitação visando atualização da infraestrutura física (manutenção do DATAGEO);
- Em andamento o contrato de prestação de serviços para evolução da arquitetura e da plataforma tecnológica do DATAGEO para construção de ambientes virtuais da análise territorial versionada em rede. Esta contratação é custeada com recursos do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente, e possibilitará a criação de ambientes de trabalho para as atividades do Zoneamento Ecológico Econômico (DATAGEO ZEE) e do PDN, com ferramentas que permitirão a interação de diversas fontes de dados.

#### Ações previstas:

- Licitação para manutenção do DATAGEO suspensa em razão de disponibilização de recursos do PTLMA;
- Gestão do contrato de prestação de serviços para evolução da arquitetura e da plataforma tecnológica do DATAGEO para construção de ambientes virtuais da análise territorial versionada em rede.

## **B. Relatório de Qualidade Ambiental (RQA)**

*Relatório que compila as informações produzidas por todos os órgãos do Sistema Ambiental Paulista, composto por textos descritivos, ilustrados por mapas, gráficos e tabelas, com os quais se pretende apresentar um panorama da qualidade ambiental do território paulista e oferecer informações gerais para usuários e leitores com necessidades, disponibilidade e interesses diferenciados.*

Status: Seu formato atual vem sendo mantido desde 2010 até a presente data, passando por revisões periódicas de conteúdo, visando seu aprimoramento. Desde 2016 o RQA conta com um capítulo voltado à apresentação das ações e dos programas desenvolvidos pelo Sistema Ambiental Paulista. A edição de 2017 foi finalizada e apresentada ao CONSEMA, tendo sido publicada e distribuída internamente no Sistema Ambiental Paulista. Trabalhos para a edição de 2018 em fase de conclusão.

Ações previstas: Apresentação da edição de 2018 ao CONSEMA e prospecção de recursos para a edição bilíngue do RQA.

## **C. Projeto Inventário Florestal do Estado de São Paulo**

*Mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa para fins de estudos e análises ambientais, que permite ao Poder Público e à sociedade o monitoramento das alterações e/ou agressões aos remanescentes da cobertura vegetal nativa.*

Status:

- O mapeamento da cobertura vegetal nativa mais recente foi realizado para o período de 2008-2009, na escala 1:25.000, mapeando fragmentos de vegetação de, no mínimo, 0,25 hectares;
- O mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de São Paulo para o período de 2017-2018 foi aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental de São Paulo em 02/02/2018 – com escala de precisão 1:25.000, escala mínima de vetorização 1:5.000 e área mínima mapeada de 0,1 hectares;
- Em 04/04/2018 foi assinado o Protocolo de Utilização do Mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa o Estado de São Paulo – Período 2017-2018 pelos dirigentes dos diversos órgãos e entidades do SAP (Instituto Florestal, Fundação Florestal, Instituto de Botânica, Instituto Geológico, Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e CETESB) para as atividades de gerenciamento, planejamento, fiscalização, conservação e pesquisa ambiental;

- Termo de Referência, edital e contrato elaborados e submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica da SMA, a qual solicitou ajustes nos documentos e retorno dos autos para análise jurídica final;
- Em tramitação proposta de Cooperação Técnica com o Serviço Florestal Brasileiro para realização do Inventário da Cobertura Vegetal do estado de São Paulo.

Ações previstas: Realização dos atos administrativos necessários à contratação e assinatura da Cooperação Técnica.

## 11. CONEXÃO INTERNACIONAL

*Na inserção da SMA no cenário internacional, a prospecção de recursos disponibilizados por organismos internacionais de fomento para projetos, e a coordenação dos mesmos tem sido um foco. Destaque para a busca de recursos em rodadas de negociações com parceiros multilaterais para diversos projetos da SMA e a construção de uma cooperação técnica com o Canadá, a Suécia e a Província de Aichi no Japão.*

Status:

- Instituído, pela Resolução SMA 07/2018, o Comitê de Integração de Apoio à Assessoria Institucional, com atuação estruturada em três áreas principais: mudanças climáticas, biodiversidade e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Workshop realizado em maio/2018 com técnicos do *Water Institute* – Universidade de Waterloo (Canadá): elaboração de um projeto científico (Temático) junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – coordenado por IGC/USP e IG/SMA com vários parceiros: FF, IF, CETESB, Centro de Recursos Hídricos e Estudos Ambientais (CHREA)/USP, IPT, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), além de projeto para Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (IAI) e proposta para FEHIDRO;
- Protocolo de intenções em revisão pelos técnicos da Agência Florestal Sueca e SMA para proposta de cooperação técnica;
- Lançamento da Campanha de Sensibilização sobre os ODS em maio de 2018 e das Metas de Aichi em junho de 2018 (com relançamento do site “Portal da Biodiversidade”) e elaboração do primeiro relatório de atividades do Programa SAP/ODS;
- Evento SP no Clima – Diálogo de Talanoa na Semana do Meio Ambiente realizado em junho/2018, teve como produto publicação com apoio do *World Wide Fund For Nature* (WWF) a ser encaminhada ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) como

contribuição do Estado de São Paulo à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC Brasileira);

- Cerimônia de assinatura de Memorando de Entendimentos entre o Estado de São Paulo e a Província de Aichi em setembro de 2018, com a presença do Governador de Aichi e delegação, além da primeira reunião de trabalho com a Diretora Adjunta de Meio Ambiente daquela Província;
- Prospecção para a 7ª Reposição de recursos junto ao GEF (*Global Environment Facility*) – quadriênio 2018/2022.

Ações previstas:

- Publicações e preparação para a participação nas Conferências das Partes – COP14 Biodiversidade (Egito – novembro/2018) e na COP24 – Mudanças Climáticas (Polônia – dezembro /2018);
- Lançamento da Plataforma Internacional e Newsletter da Assessoria Internacional.

## IV – PESQUISA CIENTÍFICA AMBIENTAL

### 1. MODERNIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DO SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA

*A estrutura organizacional do Instituto Florestal foi implantada na década de 1970, quando o órgão ainda era vinculado à Secretaria de Agricultura, e necessita de adequações, considerando as diversas mudanças ocorridas em sua própria composição, e em todo o Sistema Ambiental Paulista ao longo das últimas décadas. Os Institutos de Botânica e Geológico passaram por uma reestruturação em 2010. Constatou-se, todavia, a necessidade de uma análise global de todos os Institutos ligados ao Sistema Ambiental Paulista, que precisam ser modernizados e adaptados às necessidades atuais do Governo do Estado de São Paulo e da população paulista.*

#### Status:

- Constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de estabelecer estratégias de modernização dos Institutos do Sistema Ambiental Paulista pela Resolução SMA 120/2017;
- Designação dos membros do Grupo de Trabalho pelas Portarias 04, de 11 de janeiro de 2018, e 17, de 19 de março de 2018;
- Realização de reunião do Grupo de Trabalho no dia 15/03/2018, na qual se estabeleceu a necessidade de formação de três subgrupos para trabalhar paralelamente nas três linhas de ações da Resolução SMA 120/2017 até o dia 18 de junho de 2018;
- Realização de discussões dos subgrupos;
- Realização de duas reuniões mensais do Grupo de Trabalho, sendo que, na reunião de 05/07/2018, os subgrupos apresentaram as propostas elaboradas após as discussões feitas;
- Entrega do Relatório Final do Grupo de Trabalho ao Secretário do Meio Ambiente em 16/07/2018;
- Relatório Final em análise pela Assessoria Institucional do Gabinete da SMA.

Ação prevista: Conclusão da análise do Relatório Final pela Assessoria Institucional do Gabinete da SMA.

## **2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

*Iniciativa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) de destinação de recursos para melhoria da infraestrutura de pesquisa e inovação dos Institutos de Pesquisa do Estado de São Paulo – Edital FAPESP 28/2017 lançado em 05/05/2017, pelo Programa de Desenvolvimento Institucional de Pesquisa (PDIP).*

Status: Projetos institucionais foram submetidos à FAPESP:

- O Projeto do Instituto de Botânica trata dos “Desafios para Conservação da Biodiversidade frente a Mudanças Climáticas, Poluição e Uso e Ocupação do Solo”, tendo sido aprovado o valor de R\$ 8.786.663,32 (no âmbito do qual o Ibot já encaminhou: (1) implantação de quatro bolsas de pós-Doutorado; (2) implantação de duas bolsas de Jovem Pesquisador; (3) aquisição de equipamentos; e (4) contratação de serviços de manutenção de microscópio eletrônico de varredura);
- O Instituto Florestal elaborou seu plano visando ampliar, modernizar e disponibilizar o acervo de suas coleções, do sistema de avaliação de projetos de pesquisa, das publicações e do inventário da cobertura vegetal do estado – mas não obteve a aprovação pela FAPESP;
- O Instituto Geológico apresentou o projeto “Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Pesquisa Científica do Instituto Geológico para Subsidiar Políticas Públicas na Área do Meio Ambiente”, tendo sido aprovado o valor de R\$ 2.876.000,00;
- Publicação de Resolução SMA nº 76 de 2018, que especifica a Política de Propriedade Intelectual dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
- Instituição dos Núcleos de Inovação Tecnológica do Instituto de Botânica e da Fundação Zoológico.

Ações previstas:

- Aquisição de bens de capital e de consumo e contratação de serviços para melhoria da infraestrutura de pesquisa, ampliação e fortalecimento da capacitação científica e tecnológica, de forma a melhor atender as políticas públicas e demandas da sociedade;
- Implantação dos Projetos aprovados do Instituto de Botânica e do Instituto Geológico;
- Constituição do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Florestal.

## **3. PROMOÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

*Parceria entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo e a Fundação de Amparo à*

*Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos por pesquisadores de Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, públicas ou privadas, no estado de São Paulo, de forma a gerar subsídios para a concepção e implantação de projetos inovadores para promoção da conservação, da restauração e do uso sustentável da biodiversidade, observadas as Metas de Aichi.*

Status:

- Foi elaborada minuta de convênio prevendo a aplicação de R\$ 3 milhões em projetos de pesquisas para promoção da conservação, da restauração e do uso sustentável da biodiversidade. Esta minuta já foi validada pela Consultoria Jurídica da SMA e pela Fundação Florestal. Metade dos valores envolvidos serão aplicados conforme plano de trabalho aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental - tais recursos serão aplicados em pesquisas ligadas às Unidades de Conservação. Processo instruído foi encaminhado à FAPESP para atendimento dos pareceres jurídicos exarados.

Ações previstas:

- Assinatura do convênio;
- Alinhamento com a FAPESP quanto ao conteúdo das chamadas de propostas.

#### **4. CAPACITAÇÃO EM BOTÂNICA**

*Estabelecimento de cooperação com universidades, instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, extensão e desenvolvimento tecnológico, nacionais e estrangeiros, por meio do Programa de Capacitação em Botânica e Meio Ambiente (Decreto 52.429/2007), com oferecimento de cursos de extensão em Biodiversidade e Meio Ambiente*

Status:

- Convênio em execução com o Centro Universitário São Camilo, com vigência até 2019, cujo objeto é a recepção, pelo Instituto de Botânica, de estagiários (pesquisadores – nível pós-graduados), para desenvolvimento de estudos e pesquisas em suas unidades;
- Houve a divulgação de 7 cursos de extensão, que não foram realizados por não ter sido possível compor grupo mínimo para viabilizá-los;
- Foram assinados 3 convênios com as seguintes Universidades: (1) Universidade Estadual Paulista – UNESP/Ilha Solteira; (2) Fundação de Ensino Octávio Bastos – UNIFEOB/São João da Boa Vista; e (3) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/Aquidauana;

- Está sendo formalizado convênio com a Universidade Federal de São Paulo – Campus de Diadema;
- Oferecido o III Curso de Verão de Micologia.

Ação prevista: Acompanhamento das parcerias.

## **5. IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO HERBÁRIO D. BENTO PICKEL E NOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO ECOPROFISSIONAL**

Status:

- O Instituto Florestal submeteu duas cartas consultas para implantação de melhorias no Herbário D. Bento Pickel e para a revitalização e implantação de Núcleos de Educação Ecoprofissional do Programa de Jovens, Meio Ambiente e Integração Social no âmbito do Edital de Chamamento Público 01 SJDC/FID/2017, cujo objetivo é selecionar projetos a serem apoiados total ou parcialmente com recursos do Fundo Estadual dos Interesses Difusos (FID). Ambas foram aprovadas, tendo sido encaminhados ao FID os respectivos planos de trabalho para análise. Aguardando manifestação do FID.

Ação prevista: Execução dos planos de trabalho.

## V – MEDIDAS DE ECONOMIA E RACIONALIZAÇÃO

### 1. LOCAÇÃO ZERO

*Transferência das 6 unidades da CETESB instaladas em imóveis locados para próprios estaduais e/ou cedidos a título gratuito, eliminando despesa anual estimada de R\$ 850.000,00.*

Status:

- Pagamento anual, atualmente, de R\$ 750.000,00 em locação e em IPTU para 5 Agências Ambientais da CETESB instaladas em imóveis locados (Campinas, Sorocaba, Piracicaba, Itu e Tatuapé).

Ações previstas:

- Reforma e adaptações em imóveis do Estado cedidos à CETESB em Campinas e Sorocaba até outubro de 2018 e em Tatuapé até fevereiro de 2018; e
- Busca de alternativas para instalação das Agências de Piracicaba e Itu (até julho de 2019).

### 2. MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA CETESB

*Adequações e/ou modernizações nas atuais instalações de 12 Agências Ambientais e na sede de Pinheiros.*

Status:

- Realização de intervenções nas Agências Ambientais de Registro, Limeira, Guarulhos, Araraquara, Santo Amaro e São Sebastião;
- Em andamento as intervenções nas Agências de Campinas, Taubaté e Sorocaba;
- Planejamento das intervenções nas outras localidades, visando modernização e adequação às necessidades locais e/ou atendimento de legislação específica: Americana, Araçatuba, São Jose dos Campos e Sede Pinheiros;
- Em processo final de contratação a intervenção do Parque Belém para instalação das Agências de Tatuapé e Guarulhos.

Ações previstas:

- Acompanhamento das intervenções nas Agências de Campinas, Taubaté, Tatuapé, Guarulhos e Sorocaba; e

- Desenvolvimento de projetos executivos e contratação de serviços para as demais localidades.

### **3. PROJETO PriSMA (PROCESSOS INFORMATIZADOS DA SMA)**

*Desmaterialização dos processos administrativos do Sistema Ambiental Paulista, customizando o sistema e-ambiente para as necessidades de cada área.*

Status:

- Publicada a Resolução SMA 20/2018 instituindo o Projeto PriSMA (Processos Informatizados da SMA);
- Implantado na Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e na CETESB (Diretoria de Impacto e em todas as 46 agências da Diretoria de Controle);
- Treinamentos realizados: 830 técnicos (presencial) e 1.863 técnicos (à distância);
- 107 mil processos digitais cadastrados (5,5 milhões de páginas);
- 26 mil usuários ativos;
- R\$ 689 mil em economia com material de escritório;
- Suspensão temporária da implantação relacionada ao Programa Nascentes (assuntos: cadastro e contratação de projetos);
- Unidades implantadas:
  - SMA:
    - Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA): processos de Autos de Infração Ambiental (AIA);
    - Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU): autorização/cessão de uso de espaço em parques (eventos);
    - Departamento de Infraestrutura/Centro de Transportes (CA/DI/CT): solicitação de Veículo e autorização para dirigir;
    - Departamento de Recursos Humanos (DRH): alteração de férias, programação de férias e licença-saúde (quatro dias);
  - CETESB:
    - Diretoria de Controle C: licenciamento ambiental, relatórios de acompanhamento, pastas administrativas, áreas contaminadas e solicitação de redução/restituição/reembolso/recurso de multa de fumaça preta;

- Diretoria de Impacto I: licenciamento ambiental com avaliação de impacto e Autorização para Supressão de Vegetação - ASV;
- Diretoria Engenharia – E: análise técnica de veículos.

Ações previstas:

- Implantações previstas:
  - SMA:
    - Departamento de Recursos Humanos (DRH): licença interesses particulares, licença prêmio e horário de estudante;
    - Departamento de Orçamento e Finanças (DOF): recibo de diárias, adiantamento de diárias e processos de restituição do AIA;
    - Grupo de Trabalho e Acompanhamento de Convênios (GTAC): celebração de convênios e outros instrumentos;
    - Departamento de Suprimentos e Apoio à Gestão de Contratos (DSAGC): licitação e contratos;
    - Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU): autorização de uso dos Parques para fotos e filmagens comerciais e/ou para divulgação;
    - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN): projeto Etanol + Verde;
  - CETESB:
    - Setor de Contas a Receber (AFFR): parcelamento de multas (AFFR).

#### **4. COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS**

*Implantação do Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.*

Status: Designação de membros da Comissão Interna de Contratações Públicas Sustentáveis pela Resolução SMA 122/2018 e elaboração de proposta de cronograma de trabalho.

Ações previstas:

- Reuniões para consolidação do cronograma de trabalho;
- Estudo para eliminação dos copos plásticos nas dependências do Sistema Ambiental Paulista

## 5. SISTEMA DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL

*Implantação de Sistema de Aproveitamento de Água Pluvial visando à redução do uso de água da SABESP.*

### Status:

- 1ª fase (cerca de 300.000 litros/mês na época de chuvas): foram adaptadas as instalações dos Prédios 1 e 2, para que bacias sanitárias, mictórios, torneiras para rega de jardim e lavagem de pisos, e a torre de resfriamento do sistema central de refrigeração do Prédio 1 possam utilizar águas pluviais, coletadas e tratadas, sendo que, na ausência de chuvas, o sistema passa a ser abastecido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). O sistema está em finalização e testes;
- 2ª fase (cerca de 300.000 litros/mês na época de chuvas): ampliação do sistema para os Prédios 12 e Anexo 1, dobrando a capacidade de reservação e aproveitamento de águas de chuvas (em fase de projeto);
- 3ª fase (200.000 litros/mês na época de chuvas): ampliação do sistema para o Prédio 6, com a construção de novo reservatório elevado e aproveitamento do reservatório enterrado do Prédio 4.

### Ações previstas:

- 1ª fase: monitoramento do sistema que já se encontra em operação;
- 2ª fase: deverá entrar em operação em dezembro de 2018;
- 3ª fase: deverá entrar em operação em novembro de 2019.

## 6. SISTEMAS INFORMATIZADOS DE APOIO ÀS AÇÕES DA CETESB

*Estão sendo desenvolvidos ou aperfeiçoados sistemas informatizados de apoio às ações da CETESB, destacando-se: (1) Projeto Via Rápida Ambiental – VRA (Desenvolvimento de novos objetos de solicitação para atender as modalidades de licenciamento e/ou documento inerente às atividades com potencial poluidor); (2) Projeto Via Rápida Empresa – VRE (Integração dos órgãos licenciadores com a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), visando a simplificação e racionalização dos processos de legalização das empresas); (3) E-Social (Projeto do Governo Federal que envolve Receita Federal, Ministério do Trabalho, INSS e Caixa Econômica Federal para consolidação das obrigações acessórias da área trabalhista em uma única entrega); (4) Programa de Melhoria e Manutenção dos Veículos a Diesel (projeto que conta com os procedimentos de controle e acompanhamento das emissões em veículos diesel a partir do cadastramento de oficinas, centros e unidades de inspeção de veículos); (5) Sistema para*

*Automação e Gestão de Laboratórios de Ensaios e Calibração (sistema que atende os laboratórios da sede e os descentralizados); (6) Licenciamento de Operação e Renovação - LOR (sistema com informações centralizadas gerando uma visão única do status de uma dada licença e suas respectivas vistorias, além de informações quanto ao pagamento); (7) Sistema de Gestão de Multas (sistema que coleta, armazena e processo informações oriundas de fonte estacionárias e móveis em um ponto centralizado. Permite o acompanhamento das multas e recursos de forma cronológica com o envio de e-mails); (8) Integração entre SIPOL e Web Service para gestão de processo; (9) Sistema de Fichas dos Produtos Químicos, incluindo versão Mobile (Sistema com informações sobre os produtos químicos para subsidiar o atendimento do Setor de Emergência da Companhia); (10) Sistema de Logística Reversa - SLR (Sistema responsável pelo cadastramento de entidades e empresas, descrição do SLR, Plano de Comunicação e relatório anual de resultados); e (11) Sistema de Qualidade do Ar para mobile – disponibilização de informações referentes à qualidade do ar em app móvel.*

Status:

- VRA: Implantação do sistema em 29/12/2017 no ambiente de produção. Sistema disponível para o público a partir de 29/12/2017;
- VRE: Fase 1 – Implantação em 29/12/2017, com complemento da implantação em 17/02/2018. Fases 2 e 3 implantadas em 03/08/2018 – sistema em manutenção;
- E-Social: previstas novas etapas contemplando alterações para enquadramento na nova legislação trabalhista. Solicitação de Ordem de Compra (SOC) 113030 foi emitida em 14/06/2018 – aprovada para compra - para contratação de suporte na implantação dos novos eventos. Aguardando setor de contratos elaborar o contrato;
- Programa de Melhoria e Manutenção de Veículos a Diesel: Sistema implantado, aguardando contratação de manutenção para instalação em todas as unidades que participam do Programa;
- Sistema para Automação e Gestão de Laboratórios de Ensaios e Calibração: em produção desde abril de 2018 com implantação e em operação;
- LOR: em desenvolvimento interno;
- Sistema de Gestão de Multas: está em produção com melhorias implementadas;
- Integração SIPOL e Web Service: homologação concluída;
- Sistema de Fichas dos Produtos Químicos, incluindo versão Mobile: concluído;
- Sistema de Logística Reversa: desenvolvimento concluído, sendo necessária a contratação de empresa para a continuidade do projeto;
- Sistema de Qualidade do Ar para mobile: em desenvolvimento.

#### Ações previstas:

- VRA: Acompanhamento diário do sistema no ambiente de produção e atendimento a *back-logs*;
- VRE: Acompanhamento diário do sistema no ambiente de produção e atendimento a *back-logs*;
- E-Social: previstas novas etapas contemplando alterações para enquadramento na nova legislação trabalhista, estando em contratação o suporte e manutenção;
- Programa de Melhoria e Manutenção de Veículos a Diesel: necessária SOC para contratar suporte e manutenção;
- Sistema para Automação e Gestão de Laboratórios de Ensaio e Calibração: O sistema está em produção desde abril/2018 e encontra-se no período de garantia até abril de 2019, quando deverá ser estabelecido um contrato de manutenção e desenvolvimento;
- LOR: aguardando finalização do desenvolvimento para verificar pendências;
- Sistema de Gestão de Multas: : encontra-se em produção com todas as melhorias solicitadas. Multas de Fontes Estacionárias já está sendo utilizada e Multas de Fontes Móveis está disponível para utilização do usuário em produção;
- Integração SIPOL e Web Service: Integração SIPOL e Web Service está funcionando e a carga de histórico está sendo realizada. Pendente a integração com SIGAM;
- Ficha de Produtos Químicos e versão mobile está em produção;
- Sistema de Logística Reversa: concluído o desenvolvimento, porém a área usuária optou por utilizar planilha Excel porque o sistema precisa de melhorias e o analista que estava trabalhando neste sistema pediu demissão. A informática não dispõe de profissional qualificado para continuidade deste projeto. Será necessário contratar mão de obra externa;
- Sistema de Qualidade do Ar – Mobile – está em desenvolvimento com previsão de liberação até 31/12/2018.

## **7. VALORIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Status: Aprovação do Decreto nº 63.721/18, que regulamenta a promoção na carreira de especialista ambiental e do Decreto 01/10/2018 que autoriza o acesso dos pesquisadores científicos.

Ações previstas: Assinatura de Convênio Instituto Florestal e Fundação Florestal.

## METAS

Para o ano de 2018 foram definidas as metas e principais entregas, destacadas a seguir, que se relacionam com as ações estratégicas descritas acima.

### Metas 2018

Instituição	Meta	Prazo
CEA	Portal da Educação Ambiental	Novembro
CEA	Projeto EAD (Professores e Gestores Públicos)	Novembro
CEA	Projeto Ações Preventivas com CFA	Concluído
CEA	Projeto Verão no Clima - Nova Etapa	Dezembro
CEA	Regulamentação da Política Estadual de Educação Ambiental	Concluído
CPLA	ZEE - GERCO Litoral Norte - Monitoramento e Programa de Gestão	Novembro
CPLA	ZEE - GERCO Baixada Santista - Atividades de Baixo Impacto	Novembro
CPLA	ZEE - GERCO Litoral Sul - Proposta preliminar	Pendente
CPLA	ZEE Estado - Comissão Estadual	Outubro
CPLA	ZEE Estado - Fórum	Outubro
CPLA	ZEE Estado - Proposta Preliminar e Prévia com Comitês de Bacias Hidrográficas	Novembro
CFA	Plano de Contingência para Incêndios Florestais em Unidades de Conservação	Concluído
CFA	Decreto para Protocolo Corta Fogo	Novembro
CFA	Aplicativo para confecção de laudos técnicos de forma eletrônica e integrada	Concluído
CFA	Conversão de multas em serviços ambientais - Projeto Nascentes - R\$ 16 mi - 320 há	Concluído
CFA	Lançamento Projeto Ninhos	Concluído
CFA	Conciliação Ambiental Digital	Pendente
CFA	Operação Fernão Dias	Concluído
CFA / CA	Pátios para destinação de veículos apreendidos	Outubro
CFA / CA	Renovação 25% da Frota da Polícia Militar Ambiental: aquisição de 113 Viaturas	Dezembro
CFA / FF	Conclusão das Obras do 1º Batalhão da Polícia Militar Ambiental - Casa Verde	Dezembro
CFA / FF	DEJEM de UCs	Concluído
CFA / FF / CPU	DEJEM de Parques Urbanos	Outubro
CA	Cadastro Ambiental Estadual - Atualização do valor da cobrança	Dezembro
CA	Cadastro Ambiental Estadual - Integração IBAMA	Dezembro
CA	Cadastro Ambiental Estadual - Cobrança do Passivo	Dezembro
CA	Sistemática de Fundos da SMA (Banco do Brasil e DARE)	Dezembro
CA	Redução da Frota e Aplicativo para Deslocamento na RMSP	Concluído
CA/ CBRN / CFA	Modernização das Regionais	Dezembro
CA / GESTIC	Fábrica de Software: CAR/SARE/PRA	Outubro
CA / GESTIC	Fábrica de Software: PMVA	Outubro
CA / GESTIC	Fábrica de Software: Integração Sinaflor	Outubro

CA / GESTIC	Fábrica de Software: SIPAI (Fiscalização em UC)	Março/2019
CA / GESTIC	Reestruturação Site	Concluído
CA / GESTIC	Papel Zero / PriSMA: Transportes, Férias e Permissões, Recurso Fumança Preta e Estorno AIA	Concluído
CA / GESTIC	Papel Zero / PriSMA: Licenças, Convênios, Diárias e Pesquisas	Dezembro
CA / GESTIC	Projetos da Imagens	Concluído
CA / GESTIC	Rede e suporte	Concluído
CBRN	Normativas Específicas CAR / PRA: Compensação de RL e Análise de CAR	Dezembro
CBRN	Capacitação do Protocolo de Transição Agroecológica com CATI, TESP e INCRA	Abril-Outubro
CBRN	Resolução das Novas Diretrizes do Protocolo Etanol Verde	Concluído
CBRN	Conclusão da proposta da Política Estadual da Fauna	Outubro
CBRN	Regulamentação da Lei da Caça	Concluído
IBt	Reabertura do Jardim Botânico	Concluído
IBt	Comemoração dos 90 anos do JBSP e 80 anos do Ibt	Novembro
IBt	Lançamento outorga PDIP/Fapesp	Concluído
IBt	Resolução Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas	Concluído
IBt	Credenciamento Fundação de Apoio à Pesquisa	Concluído
IBt	Assinatura de contrato DERSA para resgate de flora do Rodoanel	Outubro
IBt	Contratação de Reforma Museu Botânico Dr. João Barbosa Rodrigues / Museu Multimídia	Outubro
IF	Planos de Manejo - Aprovação no Consema: EE Avaré e EE Marília	Concluído
IF	Planos de Manejo - Aprovação no Consema: FE Pederneiras e EE Paranapanema	Novembro
IF	Planos de Manejo - Aprovação no Consema: EE Itapeva e EE Fesseda	Dezembro
IF	Constituição de todos os Conselhos de Ucs	Dezembro
IF	Proposta de criação da Floresta Noroeste Paulista	Concluído
IF	Concessão Florestal de Cajuru - Consulta Pública	Pendente
IF	Permissões de uso – Bauru, Botucatu, Mogi Mirim, Avaré I e Tupi	Concluído
IF	Contratação do Inventário Florestal	Dezembro
IG	Assinatura do PDIP - Fapesp	Concluído
IG	Contratação da Reforma da Sede	Outubro
IG	Contratação Avaliação e Mapeamento de Risco – RMSP e BS	Concluído
IG	Contratação Avaliação e Mapeamento de Risco – RMSP e LN	Outubro
IG	Protocolo de Intenções entre Water Institute (Universidade de Waterloo/Canadá) e SMA (IG/CETESB/FF)	Concluído
IG	X Seminário sobre Estratégias para Redução de Riscos e Desastres do Estado de São Paulo	Novembro
IG	Evento IG/Defesa Civil/COMDECs Lançamento de Produtos para o PPDC de Ressacas e Marés Altas	Concluído
Institutos	Proposta de reorganização integrada dos Institutos	Dezembro
CPU	Entrega Jequitiba – Platô 4	Concluído
CPU	Chamamento para novas permissões em todos os parques	Outubro

CPU	Plantio no Pomar / Marginal Verde	Outubro
CPU	Chamamento Pomar - Margem Oeste	Outubro
CPU	SP Cultura nos Parques / SP Circo nos Parques	Concluído
Comunicação	Lançamento Papo Sustentável	Concluído
Comunicação	Reporter Ambiente	Concluído
FZOO	Reabertura do Zoo para visitação	Concluído
FZOO	Certificação ISO 9000	Concluído
FZOO	Início do Projeto de Conservação do Pato Mergulhão	Dezembro
FZOO	Implantação do NIT	Concluído
Nascentes	Acompanhamento SARE – Meta 10.000 hectares e 16 milhões de mudas	Concluído
Conexão Mata Atlântica	Lançamento de dois editais de PSA: Proteção, com leilão reverso e Uso Múltiplo	Concluído
Conexão Mata Atlântica	Assinatura de Termos de Compromissos de PSA Mata Atlântica nos municípios de Paraibuna, Bananal, São Francisco Xavier, São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra	Concluído
SP Agricultura Clima	Assinatura de contrato - Projeto SP Agricultura Pro Clima	Dezembro
Florestas Paulistas	Lançamento do Plano de Negócios para o Polo Florestal Multifuncional Piloto no Vale do Paraíba	Concluído
Florestas Paulistas	Definição da área e preparação da proposta de polo florestal multifuncional em área de cana-de-açúcar, com FGV Agro, Única e Orplana	Cancelado
Ecoturismo	Termo de Parceria com Secretaria de Turismo	Concluído
Ecoturismo	Lançamento Passaporte Trilhas	Concluído
Ecoturismo	Lançamento Passaporte Aves	Concluído
Ecoturismo	Ebook das Áreas Protegidas	Dezembro
Ecoturismo	Normativas para Turismo Científico (Aves e Primatas) e para Monitoria	Dezembro
Novas UC	Parque Águas da Billings	Concluído
Novas UC	Parque Águas da Prata	Concluído
Novas UC	APA Itapeti	Outubro
Novas UC	Mosaico Bauru - ARIE e RVS	Novembro
Novas UC	Estação Ecológica Cajuru	Dezembro
Novas UC	APA Barreiro Rico - Tanquã	Dezembro
AINT	Evento São Paulo no Clima	Concluído
AINT	Preparação e participação COP 14 – Egito – publicação e evento paralelo	Novembro
AINT	Preparação e participação COP 24 – Polônia	Dezembro
AINT	Lançamento do Plano de Ação Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Concluído
AINT	Lançamento da Plataforma Internacional	Concluído
Resíduos/CPLA	Lançamento Sigor Entidades / Reciclagem	Concluído
Resíduos/CPLA	Revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	Novembro
Resíduos/GAB	Termo de Compromisso para Plano Regional de Resíduos Sólidos de 3 regiões piloto: Ceriso/Sorocaba, Consimares/Campinas, Oeste	Dezembro

	Paulista/P. Prudente, Consaude/ V. Ribeira	
Resíduos/Cetesb	Zerar lixões a céu aberto	Dezembro
Resíduos/Cetesb	Publicação de regra com advertência para quem não aderiu ao plano – RD da Cetesb	Concluído
Resíduos/Cetesb	Assinatura de parceria com FIESP para Logística Reversa de Embalagens	Concluído
Resíduos/GAB	Pleitos Tributários para fomentar reciclagem de plástico	Dezembro
Proteção Animal	Realização de capacitações no Ambiente Móvel e com municípios com World Animal Protection	Concluído
Proteção Animal	Lançamento Termo de Parceria com ONGs (WAP) e Universidades (USP)	Concluído
Proteção Animal	Lançamento Campanha de Amigos para Sempre / Abandono e Maus Tratos com Metrô, CPTM e Rodovias	Concluído
Proteção Animal	Contratação de áreas prioritárias para realização de controle populacional de cães e gatos / FF	Concluído
Proteção Animal	Articulação para ampliação do RGA/CCZ SP para o Estado de São Paulo, com hospedagem pela SMA e disponibilização de link no SIGAM – banco de dados estadual	Concluído
Proteção Animal	Envio à Alesp Projeto de Lei Estadual para Proteção Animal, cria o cadastro estadual e institui penalidades para maus tratos a animais domésticos	Concluído
CETESB	PREFE - Implantação da 2ª fase	Outubro
CETESB	Entrega do Sincet Web - Sistema de Inventário de Fontes de Poluição	Outubro
CETESB	Novas instalações de Campinas e Sorocaba	Outubro
CETESB	Proposta de Novas Fases do Proconve - IBAMA / ABEMA / CONAMA	Concluído
CETESB	Aprimoramento do Geoportal - Sala Cenários	Março/2019
CETESB	Regulamentação de APP Urbana	Outubro
CETESB/GAB	Revisão normativa da Deliberação Consema 01/2014 sobre licenciamento municipal	Novembro
IF e FF	Convênio administrativo IF e FF	Outubro
FF	Convênio Fapesp	Outubro
FF	Planos de Manejo - Aprovação no Consema: Contínuo Cantareira - Parques Itaberaba e Itapeti, Mona Pedra Grande e Floresta Guarulhos	Concluído
FF	Planos de Manejo - Aprovação no Consema: APA Rio Batalha	Outubro
FF	Planos de Manejo - Aprovação no Consema: EE Itapeti	Novembro
FF	Planos de Manejo - Aprovação no Consema: APA Tietê, Parque Restinga de Bertoga	Dezembro
FF	Planos de Manejo - Envio ao Consema: Apa Ilha Comprida	Março/2019
FF	Planos de Manejo - Envio ao Consema: Apas Marinhas e ARIEs	Dezembro
FF	Aprovação de Recursos da Câmara de Compensação Ambiental	
FF	o Revitalização de infraestruturas básicas de 4 UCs para uso público	Outubro
FF	o Identificação e aquisição dos imóveis prioritários para a gestão das Ucs	Concluído
FF	o Estudos das potencialidades das UCs (RAPPAM)	Cancelado

FF	o Delimitação dos limites das UCs	Concluído
FF	o TdR serviços para elaboração e planos de manejo e planos de uso tradicional no MOJAC	Outubro
FF	Integração e padronização dos procedimentos internos	
FF	o Adoção de pareceres referenciais e minutas padrão de editais e contratos	Concluído
FF	o Elaboração de roteiros procedimentais das atividades e responsabilidades dos órgãos	Concluído
FF	Criação de modelos construtivos de infraestrutura para as unidades de conservação	Concluído
FF	Implantação dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação	Dezembro
FF	Entrega dos projetos do Programa BID	Dezembro
FF	Concessões das Áreas de Uso Público em UCs	
FF	o Publicação dos Editais de Parques Estaduais Campos do Jordão e Cantareira	Outubro
FF	o Parque Estadual Intervales e Caminhos do Mar - Contratação de estudos de demanda e modelagem econômica	Novembro
FF	o PESM Caminhos do Mar - Concurso de Ideias	Cancelado
FF	Comercialização de Resina e Madeira para sustentabilidade do sistema	Outubro
Mananciais / GAB	Participação nos Comitês Regionais da Operação Defesa das Águas com PMSP	Dezembro
Mananciais / CPLA	Resolução de Compatibilização dos Planos Diretores Municipais com Leis Específicas de Mananciais	Outubro
Município VerdeAzul	Conclusão do envio das informações pelas Prefeituras	Outubro
Município VerdeAzul	Certificação 2018	Dezembro
Ciclo Comitê Paulista	Constituição do Comitê	Concluído
Ciclo Comitê Paulista	Projeto Rota Marcia Prado	Outubro
Ciclo Comitê Paulista	Descida Ciclística / Projeto Verão no Clima	Dezembro
Palmito / CFA	Nova metodologia de fiscalização integrada	Outubro
Palmito / CBRN	Resolução de Manejo de Espécies Nativas	Dezembro
Palmito / FF	Repovoamento de Juçara em UC de Proteção Integral	Novembro
Palmito / Gab	Concurso de receitas com a Polpa da Juçara	Maió- Novembro
Palmito / Gab	Publicação com receitas com Polpa de Juçara	Dezembro
Palmito / Gab	Fomento à uso da polpa na merenda escola em parceria com Programa Município VerdeAzul	Concluído
Palmito / Cetesb	Procedimento de resgate de juçara em processos de licenciamento de grande porte	Outubro
Palmito / Comunicação	Logo, Animações e Informes	Concluído
Primatas Paulistas / FF	Contrato de Passagem de Primatas no Parque Estadual da Cantareira	Dezembro
Primatas	Contrato de Censo de Primatas com Zoo	Dezembro

Paulistas / FF		
Primatas Paulistas / FF	Guia de Observação dos Primatas	Concluído
Primatas Paulistas / Com	Lançamento da Campanha #SomosPrimatas	Concluído
Primatas Paulistas / CEA	Lançamento de Folder dos Primatas Paulistas	Concluído
Primatas Paulistas / CEA	Lançamento da Rede de Monitoramento Cidadã	Outubro
Primatas Paulistas / FF	Contrato de Levantamento Populacional - Regiões do Oeste Paulista e Barreiro Rico	Outubro
Primatas Paulistas / FF	Início da Restauração Barreiro Rico e Ribeirão Preto	Outubro